

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO DIRETOR

DEBATE PÚBLICO REALIZADO EM 5 DE OUTUBRO DE 2009

Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo Presidente da Comissão.

Às onze horas e vinte minutos, no Salão Nobre Vereador Antônio Carlos Carvalho e sob a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão, tem início o Debate Público da Comissão Especial do Plano Diretor, “PARA DISCUTIR OS TEMAS EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONTIDOS NO SUBSTITUTIVO Nº 3 AO PLC Nº 25/2001”.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Dou por aberto o Debate Público para o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

A realização deste Debate visa atender ao disposto no Parágrafo 4º, Art. 40, do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que determina a realização de processo participativo na elaboração e revisão do Plano Diretor.

O objeto da discussão no Debate de hoje serão os dispositivos referentes aos temas: Educação e Assistência Social, contidos no Substitutivo. o nº 3 é o Projeto de Lei Complementar nº 25/2001, bem como as emendas referentes a esses dispositivos enviadas pelo Poder Executivo na tramitação de projetos que promovam sua alteração.

Para dar uma explicação bem clara da etapa que nos encontramos agora percorrendo convém esclarecer que estamos com uma discussão do Plano Diretor que se arrasta desde 2002 e que levou à construção de vários substitutivos que foram objeto de apreciação nesta Casa, mas não conclusivamente. As comissões foram sendo criadas e houve a constatação de que esses substitutivos eram falhos e, por decisão da Câmara, resolvemos apelar para que Sr. Prefeito, eleito no ano passado, fizesse então a sua própria revisão e as suas emendas para que pudéssemos discutir atualizadamente um projeto para a nossa Cidade do Rio de Janeiro.

Como estamos hoje em dia de festa, isto é, fomos vencedores, tivemos uma grande vitória que vai certamente mudar a direção e o traçado desta Cidade, mais do que nunca é necessário

que o Plano Diretor seja realmente um elo condutor deste processo, que sinalize em que direção a Cidade vai se desenvolver. Por isso nós estamos ouvindo a todos em audiências públicas sucessivas, que são na verdade debates públicos e que nos dão informações, dados e sugestões para que possamos, através da Comissão que está trabalhando para construir para que possamos, através da Comissão que está trabalhando para construir um parecer para a Câmara de Vereadores, que esse parecer possa ser dado de maneira atualizada e fidedigna. É por isso que estamos ouvindo a todos.

Eu queria chamar aqui para constituir a Mesa o Sr. Fernando William, Secretário de Assistência Social; a Secretária de Educação, Cláudia Costin, que já está aqui ao meu lado. O Vereador Reimont está aqui presente? Vereador Reimont, se quiser nos dar a honra de estar aqui à Mesa... E o Subsecretário de Proteção Especial, Carlos Augusto de Araújo Jorge, que está aqui desde cedo, se quiser também se juntar aqui a nós...

Bem, como se trata de um Debate Público – nós temos feito vários aqui é importante que fique bem claro que nós estamos ouvindo...

(Fala fora do microfone)

Paulo Figueiredo, por favor... Se quiser também nos dar a honra de participar aqui da Mesa, Subsecretário de Educação.

Bem, então eu gostaria de tirar o máximo proveito da presença dos Secretários, que são ocupadíssimos – vocês todos, também –, mas agora mais do que nunca porque receberam novas missões para preparar a Cidade para as Olimpíadas.

Eu quero dizer, de maneira muito breve, é que o Substituto nº 3, que nós recebemos do Poder Executivo, nos diz tanto sobre educação quanto sobre assistência social que não é digno desses dois grandes Secretários que estão aqui ao meu lado. São de propostas muito genéricas, extremamente concisas, para não dizer exageradamente concisas, a tal ponto que a gente se pergunta se o Plano Diretor desta maneira serviria para alguma coisa. Mas eu não vou me antecipar porque o objetivo não é que vocês me ouçam, o objetivo é que a Câmara ouça a todos os presentes.

E eu queria também sinalizar aqui a presença de muitas pessoas que são interlocutores importantes: Silas Lima, do Centro de Referência para a Infância; o Flávio Reis, do Gabinete da

Vereadora Liliam Sá, que é muito dedicada à causa da criança e do adolescente; a Gláucia Souza Brito Viana, do Viva-Rio e da Fiocruz; Elen Cristina Pereira Zacarias, do CRA; José Carlos Campos; Roberto Pinto de Souza, da 4ª CRE.

As CREs estão muito bem representadas e eu queria dizer aqui que muito nos honra a presença de todos vocês, que são a alma desta máquina poderosa que é a educação nesta Cidade; o Álvaro Braga, do Conselho de Segurança de Santa Teresa; a Narjara Turetta, atriz e comerciante; Flávia Contin Ramos, da UFRJ; Celinéa Paradela Ferreira, da Amur; Prof. Madiagne Diallo, que tem sido coordenador da nossa equipe de preparação da Emenda ao Plano; Ozeas Lopes Farias, do Rio com Saúde, Maria Valéria Pinto Médici, da 4ª CRE; e Antônio Sá; a Professora Helena Boweny, Subsecretária Estadual de Educação; Professora Maria de Nasaré, Coordenadora-Geral de Educação; Professora Marisa Lomba, Assessora Especial; Sandra Regina M. Barreto, da Rede de Proteção ao Educando; José Jandir Borges Alves, da Associação de Moradores de Tijuacu, nosso velho companheiro aqui, que não falta às audiências; José Janduy Borges Alves, da Associação de Moradores Deolindo de Melo; Fabiana Maria Paulo de Siqueira, da UFRJ; Vitor Damasceno Carlos, da UFRJ; Andréa Meri de Andrade Guimarães, de Recursos Humanos para Deficientes; Tânia Campos; Dulce Saturno, Coordenador de Recursos Humanos; enfim, professores Maria Inez Amparo Reis, Maria Valéria Pinto Médici, Célia Regina Nápole, Sonia Sperle, muito obrigada; Márcia Galardo e Deolinda Silva Montenegro, da 6ª CRE; Paulo Oscar Saad, da Associação de Moradores de Santa Teresa e do CRE; Kátia Maria Max, Coordenadora de Gestão Escolar; Alexandra P. Pacheco, da Associação de Moradores de Cascadura, obrigada a Cascadura pela presença; Kamila Tavares Mendes, da UFRJ; Wallacy de Macedo Coelho, da UFRJ – boa representação aqui na minha universidade; Maria Ângelo Barreto, da SMAs; Vânia Farias, que é importantíssima, é Presidente do Conselho de Assistência Social e Coordenadora de Assistência Social; Célia Regina Nápole; Josué de Araújo, do movimento de população de rua; Kátia da Silva Ribeiro; Heloisa Ferreira, moradora de Santa Teresa; Cláudio T. Backer, do Solar Menino Jesus, que tem um dos trabalhos mais lindos na área de atendimento à criança na área da educação.

Muito obrigada pela presença de vocês.

Vou passar a palavra, agora, à Secretária Claudia Costin para fazer a sua apresentação, já sabendo de antemão, com muita

alegria, que ela tem uma proposta atualizada para este Plano Diretor e que certamente deve ser muito boa.

Obrigada, Secretária.

A SRA. SECRETÁRIA CLAUDIA MARIA COSTIN – Bom, desculpe falar de pé. Eu queria saudar com muito carinho a Vereadora Aspásia Camargo, essa guerreira amiga de outras encarnações prévias que eu e ela tivemos, sempre na defesa da Cidade e do meio ambiente. Foi embora a folha que eu queria usar para falar, mas não tem problema.

Eu queria saudar o Vereador Reimont; não sei se o Vereador Roberto Monteiro também está aqui; o meu colega de secretariado Fernando William; o Subsecretário Carlos de Araújo Jorge; queria saudar cada uma das coordenadoras de CREs, porque o Plano Diretor se relaciona à territorialização das ações públicas e Secretaria de Educação já é territorializada e já há uma descentralização muito importante que eu já encontrei e que eu acho muito positiva nesse sentido. Quero saudar os meus Subsecretários, os Coordenadores-Gerais Maria Nasaré, a Kátia Max, todos os educadores e educadoras, todos os assistentes sociais aqui presentes e as associações de moradores.

No primeiro ano de Governo – eu sempre trabalhei em gestão pública – e sempre um ano novo, procedimentos antigos ainda estão estabelecidos... Nós pudemos atualizar, Vereadora Aspásia Camargo, o Plano Diretor assim que tivemos notícias que já se encontrava aqui uma versão. Então nós vamos apresentar alguma coisa e pedir para reproduzir.

Uma versão inicial, feita pela SME agora, ainda sujeita à análise e crítica, porque é para isso que existem essas audiências públicas, mas pelo menos mais atualizada do que encontramos aqui. E ao mesmo tempo em que propomos algumas coisas novas, apresentamos o que vimos fazendo para ver se conseguimos retirar as diretrizes ainda não contempladas pelo Plano.

Então eu gostaria que começássemos a apresentação dizendo que é uma honra estar aqui nesta Cidade, que agora eu considero minha, que é adorada e agora Cidade Olímpica. Isso muda tudo e não muda nada. Não muda nada no sentido de que os investimentos necessários para a área de educação devem existir independentemente do Projeto Cidade Olímpica. E muda tudo porque é uma Cidade que vai atrair as atenções do mundo de uma forma muito mais forte. E nós temos que tornar as nossas

crianças aptas a viver nesta Cidade que permanentemente se transforma.

Então, rapidamente, vamos apresentar.

Eu primeiro trouxe o Art. 4º, que já estava no Plano, só para enfatizar como é que a educação acontece no Plano Diretor. O Art. 4º diz que o Plano Diretor é um instrumento básico da Política Urbana do Município como norteador do processo contínuo de planejamento da Cidade e orientador dos agentes públicos e privados e da definição de prioridades para aplicação dos recursos e investimentos. Eu pus este artigo de propósito porque muitas vezes quando se pensa em Plano Diretor pensa-se em equipamentos urbanos, em arquitetura, em outras coisas e a ênfase pode ser menor na questão da educação, que eu acho que é o grande investimento social de qualquer Cidade.

Há um estudo muito importante do Banco Mundial que fala que o único instrumento realmente efetivo para acabar com a pobreza é a educação. Porque quando a mãe tem Ensino Médio completo a próxima geração não será mais pobre. Então a educação não é apenas um valor substantivo mas é um instrumento decisivo para acabar com a pobreza. E todo Plano Diretor tem que buscar não apenas o desenvolvimento integrado da Cidade, mas o fim da pobreza e da desigualdade.

No capítulo das políticas sociais, a Seção 1 – Educação - alguns objetivos estão apontados. Nós modificamos um pouco esses objetivos. O primeiro objetivo é consolidar o papel da escola, isto já estava como um dos principais meios de inserção do indivíduo no espaço coletivo e nos processos de gestão democrática da Cidade. Eu queria só reafirmar aqui que o Rio de Janeiro já tinha um mecanismo muito interessante, que é eleição de diretores de escola. Falo isso porque na Fundação Victor Cívita eu acompanhei a maior parte das redes de escolas públicas do País e a captura clientelista de diretores de escola é um péssimo exemplo para futuros cidadãos que se quer formar. A possibilidade de eleição de diretores de escola é algo que deve ser saudado e não é realização deste Governo. Isso já foi encontrado, mas podemos e devemos aperfeiçoar esse mecanismo, podemos e devemos aperfeiçoar os Sepes, os conselhos de escola e comunidade.

Um segundo ponto, desenvolver uma educação de qualidade, isso já é redação nossa, que garanta a todos o direito de aprender, gerando a possibilidade da construção de um projeto de vida.

A ênfase na escola é o direito de aprender, que todos e cada um têm, seja essa criança uma criança com deficiência, seja essa criança uma criança com habilidades especiais, seja essa criança com dificuldades de aprendizagem, todos têm o direito de aprender, é um direito substantivo.

Mas elas também têm uma outra coisa que é vital para a Cidade: não há cidade se os indivíduos, se os cidadãos dessa cidade não podem ter um projeto de vida. É o direito de aprender que assegura o projeto de vida para cada criança que está lá. Depois podemos falar um pouco mais sobre isso.

Nas Escolas do Amanhã, onde esse direito ao projeto de vida está mais em risco, nós temos trabalhado com eles uma pedagogia do sonho: cada criança tem que ser e tem que verbalizar o sonho de futuro que tem. E ela vai aprendendo que o projeto de vida é dela, ela é protagonista da sua vida, porém, que a escola tem que lhe fornecer os meios e as oportunidades para que ela possa construir esse sonho.

Terceiro é otimizar recursos administrativos, orçamentários e financeiros, visando harmonizar os custos em benefício dos cidadãos, a fim de oferecer melhores condições de trabalho e vida.

Aqui também, o fato de que a educação tem uma reserva orçamentária de acordo com a lei, não pode nos levar a desperdiçar recursos. Cada centavo tem que ser dirigido para agregar valor à aprendizagem do aluno. Em escola, o principal ator no processo de aprendizagem não é o computador, não é a quadra, não é sequer a quadra coberta: é o professor. Daí a importância de se investir no professor, de se investir no educador e, ao mesmo tempo ser cuidadoso na gestão dos recursos da educação.

Aqui entra, também, a questão da regionalização do gasto, a questão que nós temos que olhar para a Cidade não de uma forma idêntica, porque não são idênticas as áreas da Cidade. Há áreas que apresentam desafios muito maiores. Só para citar um, nós podemos falar, por exemplo, da Região de Santa Cruz, Paciência, onde há, sim, dificuldade de fixar professores e nós temos dificuldades dada a origem sócio-econômica das crianças. Toda a Zona Oeste também com alguns problemas e, mais especificamente, a questão das Escolas do Amanhã, que são as 150 escolas situadas nas áreas mais vulneráveis à violência.

Quarto articular a política educacional ao conjunto das políticas públicas, em especial as políticas sociais com vista à inclusão social e cultural com equidade.

Aqui, dois cuidados: no esforço de se dar educação de qualidade, nós temos um risco tremendo de melhorar a qualidade de educação, olhando só para os alunos mais talentosos. Se nós pu-xarmos os alunos mais talentosos, nós temos chances de melho-rar o Ideb, porém, colocando uma situação de profunda iniqui-dade. Então, a importância do reforço escolar, a importância de se olhar para crianças que têm mais desafios para aprender, co-mo, por exemplo, as crianças com deficiência – e nós temos um número grande de crianças com deficiências já presentes nas nossas redes de escolas, mas precisamos ter mais. Nós temos cerca de 9.5 mil crianças com deficiência, não é suficiente. Há mais crianças, de que temos relato, que não estão nas nossas es-colas, nem no sistema privado. A qualidade não pode ser para poucos: tem que ser qualidade para todos.

Próximo. Ainda, são diretrizes da Política de Educação:

- Construir um projeto pedagógico de excelência no Ensino Fundamental e na Educação Infantil – temos olhado pouco para a Educação Infantil. A proposta dessa gestão e para o Plano Di-retor é enfatizar a Educação Infantil, não apenas por meio de ampliação do número de vagas, mas com a questão de qualidade. Há inúmeras pesquisas hoje que mostram que a Educação Infan-til é decisiva para diminuir as desigualdades de origem sócio-econômica, especialmente no desempenho do primeiro ano.

- Abordar as necessidades da educação carioca consideran-do as características de cada território em que as escolas se situ-am. Acabou a visão tecnocrática de olhar para todas as áreas da Cidade como se elas fossem idênticas. Cada área da Cidade a-presenta desafios distintos. Em muitos casos, até traços culturais distintos. A cultura de cada região tem que ser valorizada, sem que se perca a ideia de que há um currículo mínimo que toda e qualquer criança tem que ter, independentemente da região de onde vem.

- Ampliar o atendimento em creches e pré-escolas, propici-ando um ambiente adequado à criança em seus primeiros anos de vida, com reflexo em seu desenvolvimento físico e mental. A creche não é só para cuidar: é para educar também, incentivar, estimular o cérebro dessas crianças – o PIC – Primeira Infância Completa já vem mostrando isso, é um programa intersetorial em que Fernando William, Hans Dohmann e eu já estamos tra-balhando em conjunto com as crianças que não conseguiram va-gas em creche, mas que todos os sábados têm um dia de creche e as mães com orientações de puericultura.

- Capacitar os professores da Rede Municipal de Ensino, instrumentalizando-os para a prática pedagógica mais efetiva. O Globo, deste domingo, mostrou a pesquisa feita pela Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas, sobre as deficiências na formação do professor. Quando se optou por abandonar o antigo Normal e colocar a universidade capacitando os futuros professores, decisão que poderia ser correta, mas não foi implementada de forma adequada porque a universidade, em muitos casos, forma professor como quem forma pesquisador, sem desenvolver as competências necessárias. Daí a urgência de trabalho de educação continuada junto aos professores, aos agentes auxiliares de creche.

- Ampliar a cobertura do ensino em tempo integral, já não apenas com as escolas que já tinham antes, mas nas 150 escolas das áreas mais vulneráveis à violência com educação em tempo integral.

- Incluir, no espaço escolar, crianças e jovens com deficiência – nós resolvemos tornar explícita essa diretriz – garantindo-lhes o direito de aprender.

Eu tenho visitado escolas dois dias por semana: fico três dias no gabinete elaborando a Política Educacional junto com a minha equipe, dois dias só nas escolas. Não tenho visto, ainda, o direito de aprender assegurado às crianças com deficiência. Isso é uma coisa na qual temos que dar uma grande virada. Direito de aprender não é isolar essas crianças em salas pequenas e achar que, com isso, o problema está resolvido. Nós temos que avançar muito mais.

O Art. 196 estabelece que a Política de Educação contemplará ações específicas relacionadas ao atendimento do segmento de Educação Infantil, Ensino Fundamental e educação de jovens e adultos pela ampliação do atendimento da população residente em regiões de desenvolvimento econômico mais baixo, e articulação com os programas de geração de emprego e proteção contra o desemprego. Isso especialmente quando falamos de educação de jovens e adultos.

Eu quero apresentar a Política de Educação do Município do Rio de Janeiro, tal como entendida pela nova administração. Antes de falar do primeiro item, quero falar de um desafio imenso. Quando as pessoas pensam em educação, as pessoas de fora da área de educação – e há uma pesquisa recente do Ibope que mostra isso – pensa-se, imediatamente, na construção de prédios escolares.

Em 2008, o Ibope fez uma pesquisa perguntando para as pessoas: quais foram as realizações mais importantes de educação de que você se lembra? Todos falaram: de prédios e reforma de prédios.

Queria dizer que as melhores escolas da Cidade do Rio de Janeiro não são as que estão nos prédios mais bonitos. A maioria não tem quadra coberta, a maioria sequer tem quadra. O que eu quero dizer com isso? Que quadra não é importante? Não, eu quero simplesmente dizer que em educação, o essencial é a aprendizagem. O resto tem que estar a serviço da aprendizagem. E a aprendizagem pode não dar voto, porque essa pesquisa mostrou também que só um por cento dos eleitores considerava a educação nas propostas dos futuros prefeitos, mas ela é o que constrói o futuro de uma cidade. Ela é uma visão de longo prazo. Daí porque é tão importante no Plano Diretor, Vereadora Aspásia Camargo, se dar ênfase à educação.

Como está a qualidade da educação no Rio de Janeiro? Primeiro, eu queria dizer que não encontrei, como em outras áreas, a educação como um desastre no Rio de Janeiro. Nós temos 1.063 escolas. Na média, as aulas acontecem; na média, a infraestrutura é razoável; na média, os professores são superiores ao resto dos professores, ou pelo menos à média dos professores do País. Porém, eu queria qualificar a minha colocação. O que mede aprendizagem e sucesso escolar, no Brasil, é o Ideb, e o Ideb é bom para níveis Brasil. No entanto, e nós vamos ver as notas já, numa escala de zero a dez, considerar que 4.5 de séries iniciais e 4.3 séries finais seja uma nota boa, quando a União Européia tem uma média acima de seis, é tapar o sol com a peneira. Uma Cidade que agora se quer globalizada, que tem os melhores centros de pesquisa do País, ter um Ideb desse nível, não é adequado. E se olharmos para as notas do Prova Brasil, porque o Ideb é um índice-síntese de fluxo escolar e de notas do Prova Brasil. Constatamos que a nota de língua portuguesa, da nossa língua, ela estava num patamar, em 2005, 33% das crianças sabendo o que era necessário para o quinto ano. E pioramos em 2007: só 29% das crianças sabiam o que era necessário, de língua portuguesa. Nós não estamos falando de excelência.

Quando, no Plano Diretor aparece um projeto de excelência, significa que nós vamos ter que fazer um esforço hercúleo para não vender uma mentira; para, de fato, chegarmos a um patamar de excelência.

Eu ponho aqui o Resultado e Metas do Ideb. Olhem aqui: anos iniciais, em 2007 era 4,5; anos finais, 4,3. Nós temos aqui metas estabelecidas até 2021, parceria do Todos pela Educação e no compromisso que o MEC e a Cidade do Rio de Janeiro fez com o Todos pela Educação, que hoje monitora a evolução do nosso salto de qualidade na educação.

Próximo. Aqui eu mostro as notas no Prova Brasil, que refletem um ensino claramente insuficiente.

Próximo. Qual é a nossa proposta nesse contexto? Em primeiro lugar, consolidar uma Política de Educação de Qualidade. Quando cheguei aqui, constatei que havia um currículo municipal, elaborado pela Iza Locatelli, que é uma grande pensadora da educação, carioca, e que trabalhou pelo País, no MEC, para melhorar a qualidade da educação no País.

Esse currículo, evidentemente, precisa de uma atualização ou outra, mas já existia. O que acontece? Não estava sendo aplicado em todas as escolas. Estava sendo aplicado em algumas; em boa parte, não.

Por que eu sei disso? Muitas escolas, e temo dizer, a maioria, não fazia mais nenhuma prova; a questão da aprovação automática; a implantação dos ciclos, da progressão continuada foi mal feita – o que quer dizer o seguinte: a maioria dos países desenvolvidos tem, sim, progressão continuada, mas isso implica em laboratórios de aprendizagem, em reforço escolar intensivo e uma série de outras coisas que não foi implantada. Com isso, virou mesmo aprovação automática.

Houve uma decodificação equivocada, na minha visão, do que é a progressão continuada e a maioria das escolas não dava mais sequer prova. Então, não estávamos habilitados a dar qualquer tipo de salto na qualidade da educação, ou atingir aquelas metas.

Utilizar o currículo municipal é um ponto de partida. Antes de porem discussão inovações, vamos usar o que já existe. Essa ferramenta já existe. E nós passamos a traduzir esse currículo municipal em orientações curriculares bimestrais para todas as séries, com sugestões claras de atividade para instrumentalizar o professor.

Enviar, então, essas orientações curriculares para cada bimestre, em todas as disciplinas, para todos os anos escolares. Só não conseguimos enviar os de artes visuais, estamos preparando.

Outra coisa foi realizar, em toda a rede, provas bimestrais e, ao mesmo tempo, capacitar o professor para preparar as suas

provas, depois de um período sem provas. A coordenação tanto das orientações curriculares quanto das provas bimestrais é feita por especialistas em cada área. A Lílian Nasser, do Projeto Fundação, da UFRJ, em matemática; e a Maria Teresa Tedesco, de Português, da Uerj, coordena o trabalho de elaboração, mas, 40 professores de sala de aula participam juntos para saber como isso evolui.

Participar das avaliações externas do MEC e implantar uma Prova Rio que seja efetivamente externa. Acabamos de licitar a avaliação. A Prova Rio vai ser feita junto com a Prova Brasil, pegando o terceiro e o sétimo anos. A Prova Brasil, para quem na sabe, pega o quinto, e o nono. E nós faremos sempre o terceiro e o sétimo para, dois anos depois, saber como esse corte de crianças e jovens evoluiu nesses dois anos.

Premiar as melhores equipes escolares. É uma queixa generalizada no País que os melhores professores, os melhores educadores não são reconhecidos. Uns carregam o piano pelos outros, mas não são reconhecidos. É próprio do ser humano querer ser reconhecido, ainda mais o professor.

Ampliar a autonomia de gestão das unidades escolares. Eu queria só comentar que há uma tensão saudável entre duas coisas: Primeiro, centralizar, no bom sentido, a formulação da política educacional. Há que haver uma política educacional que una toda a Cidade, que se estabelece em diálogo com a Câmara de Vereadores, que envolve a sociedade, mas tem que ser uma política educacional única.

Ao mesmo tempo, a gestão do dia a dia. Cada diretor de escola, cada equipe escolar tem que ter autonomia para tomar suas decisões. Um exemplo disso, nesse caso da gripe H1N1, a reposição de aulas, quem somos nós de gabinete para dizer para cada diretor como é que faz? Cada área da Cidade tem seus desafios. Em determinadas áreas, à noite não é possível, em outras é; em algumas, a equipe escolar dá aula em uma série de lugares, não dá para fazer no sábado. Então, cada diretor de escola tomou a sua decisão, nos enviou, naturalmente, de como fazer a reposição de aulas, querer receber ou não estagiário, cada escola tomou a sua decisão, querer receber ou não voluntários, cada escola tomou a sua decisão. Então são essas questões de gestão do dia a dia que têm que estar delegadas a cada unidade escolar. A outra discussão é numa rede desse tamanho, vou só falar essa parte e pulo para os projetos rapidamente. Uma rede desse tamanho, são 36.000 professores, 3.000 agentes auxiliares de creche, como

você ouve toda a rede, não dá para fazer assembleia desse grupo todo, então montamos conselhos de diretores, conselhos de professores, conselhos de pais de alunos. Agora estamos montando de agentes auxiliares de creche e elas se reúnem por região da Cidade e depois mensalmente comigo. Dei meu *e-mail* pessoal para todos os professores da rede, pois falo e criamos o “Fala Professor” que também faz isso.

Quais são as metas por área de resultado? Primeiro queremos obter uma nota média igual ou superior a 5,3 nos anos iniciais e 4,6 par os anos finais no Ideb em 2013, reduzir para 2,40% a taxa de evasão no ensino fundamental, hoje é 2,61, criar 30.000 novas vagas em creches públicas e conveniadas até 2013, criar 10.000 novas vagas em pré-escolas públicas até 2013, o que universaliza a pré-escola, garantir que pelo menos 95% das crianças com 7 anos de idade ao final de 2013 estejam completamente alfabetizadas, ou seja, acabou esse negócio de alfabetiza no final do terceiro ano, alfabetiza no final do segundo ano. Reduzir para menos de 5% a taxa de analfabetismo funcional, algum analfabetismo sempre teremos, porque recebemos crianças de outras redes e temos crianças com deficiência, mas não pode ser 14% o analfabetismo funcional de crianças de quarto a sexto ano. Estamos realfabetizando 28.000 crianças já entre as de quarto e quinto ano já com 91% depois de dois meses já lendo e 30% produzindo textos, ainda falta um tempo para fechar o ano e pretendemos até o final do ano estar com todos os de quarto e quinto alfabetizados, plenamente alfabetizados, os analfabetos funcionais. Reduzir para menos de 5% a defasagem da série no sexto ano que hoje é de 22,06% em 2013 e qualificar 1.200 profissionais nas creches com no mínimo nível médio normal até 2013. Estamos com 30.000 crianças atendidas por 3.000 agentes auxiliares de creche que não são professores. Só para passar muito rapidamente sem descrever, os projetos que estão em curso e que podem impactar o Plano Diretor. Começamos o ano letivo com uma revisão geral de aprendizagem de português e matemática de 45 dias já concluídas, seguidas de uma prova para identificar analfabetos funcionais e outra para ver crianças que não dominavam o assunto da sua série. Com base nisso começamos o reforço escolar que passou pela realfabetização feita por professores da nossa rede e reforço escolar feito em alguns casos por professores da nossa rede e em outros com ajuda de voluntários e estagiários. O Escolas do Amanhã que tem mais diretamente a ver com a questão da territorialidade, é um projeto edu-

cacional para as 150 escolas do ensino fundamental em áreas vulneráveis, em todas elas educação em tempo integral no conceito de bairro educador, o que também tem uma forte relação com o Plano Diretor, porque a escola se esparrama pelo bairro, ao invés de construir um prédio novo tipo Céus em São Paulo ou copiar o projeto que já existiu aqui e existe ainda, dos Cieps, decidimos, ao invés de construir novos prédios, educar em tempo integral aproveitando a potencialidade de cada bairro, utilizando na Maré grupo de dança, utilizando o grupo Redes também na Maré, na Rocinha várias ONGs que já atuam, as Vilas Olímpicas, uma série de outros equipamentos já existentes, um programa de ciências inovador, o cientistas do amanhã, para todas as séries do ensino fundamental e capacitando os professores para lidar com os estigmas e traumas trazidos pela violência por meio da metodologia Uerê Melo. A Unesco está nos ajudando nesse projeto, ela mesma nos sugeriu mães voluntárias, são 3 por escola que atuam como uma presença pacificadora nos recreios e também vão às casas dos moradores que não enviam suas crianças para a escola ou que as crianças são faltosas para trazê-las de volta à escola. Os professores que trabalham nessa áreas ganham um prêmio diferenciado e um reforço de matemática muito forte, 12 tempos a mais para oitavo e nono ano. O “O Rio é uma Cidade de leitores”, é outro projeto que não dá tempo de falar agora, o “Espaços de Desenvolvimento Infantil” que é justamente essa visão integrada dos anos iniciais, dos três meses aos cinco anos e meio, invés de ter creche separada. Integrar esses espaços todos e a Universidade do Educador Carioca que é a parte de capacitação. Queria só fechar com uma frase, achei importante apresentar os projetos em curso, porque é a partir deles e de uma leitura específica de como se dá a territorialização das ações, que se pode enxergar uma educação do futuro do Rio de Janeiro, os problemas do Rio de Janeiro são inúmeros, mas na educação, sem fazer pelo menos essas coisas, não daremos um salto de qualidade e essas crianças não terão um projeto de vida e futuro.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada Sra. Secretária, gostaria de fazer um comentário geral: temos aí na organização dos programas que foram implantados pela Secretaria de Educação, um exemplo de como esperamos

que realmente as coisas possam funcionar e inclusive permitir à Câmara de Vereadores, exercer seu papel de acompanhamento, fiscalização, é o único programa até agora, a única área que nos apresentou metas, embora essas metas não estejam ainda totalmente formalizadas na comparação entre a situação atual e a situação desejada, mas de fato o problema é que partimos aqui de um texto que recebemos, reconhecemos que está havendo essa dificuldade, a Prefeitura acabou de iniciar seu mandato. O Prefeito acabou de iniciar seu mandato, portanto, não é fácil formalizar essas metas, esses programas, diretrizes etc. Em todo caso queria dizer que temos um trabalho muito duro aqui pela frente, duro que digo é fácil, tudo está feito, então não é propriamente difícil, duro que digo é que exige algum trabalho de formalização e logicamente sei também, inclusive pela própria apresentação que foi feita aqui, que essas coisas precisam estar no papel, é fundamental que estejam no papel, a questão do reforço escolar, a questão do analfabetismo funcional, inclusive alguns problemas que não foram colocados, por exemplo, não se colocou nos objetivos gerais, preparar as crianças para a sociedade tecnológica do século XXI, temos que colocar isso nos objetivos fundamentais da educação, me parece, e a questão da inclusão digital junto com isso. Da mesma forma, acho que a Secretária colocou muito bem, que a educação é reconhecida pelo Banco Mundial e pelo Ipea, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que a educação é o único instrumento verdadeiro e radical de redução de desigualdades sociais. Então isso para mim tem um significado muito claro para o Plano Diretor, temos que visualizar especialmente as diferenças, é preciso visualizar, por exemplo, em termos do aproveitamento escolar, das escolas que estão na Zona Oeste e na Zona Sul, por exemplo, esse trabalho já está sendo feito para as comunidades; é importantíssimo, mas me parece que tanto as diferenças entre as regiões e bairros, como as diferenças intrabairros, porque os bairros têm as suas comunidades, não há bairro nesta Cidade que não tenha um conjunto de comunidades em torno, então acho que temos que ir mais longe, e até esses índices IDH não estão satisfazendo por conta disso, do fato de que na Zona Sul temos inúmeras comunidades, de 100.000 habitantes, como é o caso da Rocinha então não podemos confundir as coisas, precisamos fazer essa diferenciação, até porque acho que hoje o problema do professor é um problema dramático no Brasil inteiro, o problema dos salários, o problema das condições do professor e para que esse professor possa rece-

ber aquilo que lhe cabe é preciso ficar claro em que condições ele está trabalhando, qual o nível de aproveitamento, sem que haja injustiças, etc. Então, me parece que a questão das desigualdades parciais precisa ser trabalhada em mapas, de alguma forma muito objetiva, para que a gente tenha uma redução no prazo de 10 anos. Isso era um problema interessante que achava importante colocar. Outra questão é estímulo ao hábito da leitura, as atividades complementares de cultura e esportes nas escolas, têm que estar no Plano Diretor, agora mais do que nunca, porque realmente nossas escolas, e falo sobretudo as escolas de quinta à oitava, já tinham que ter seu teatro amador, já tinham que ter seu espaço para o esporte e já tinham que ter isso muito organizado, o Brasil, o Rio de Janeiro são uma calamidade nesse particular. Outra questão é o seguinte: quando vemos essa queda no desempenho da Língua Portuguesa, quinto ano, esses dados médios razoáveis, queria que a Secretária depois falasse melhor sobre isso, porque o Rio de Janeiro já foi o primeiro colocado. Até os anos 60 o Rio de Janeiro era o melhor padrão educacional do Brasil, estava nesta Cidade do Rio de Janeiro, não no Estado, que é uma questão muito problemática, mas na Cidade.

Então gostaríamos de saber qual foi o tamanho da queda, não de três anos para cá, mas de 20 anos para cá, como é que houve essa degradingolada e, logicamente, todas as propostas que a Secretaria está fazendo são no sentido de uma liderança e uma reversão desse processo. E me parece importantíssimo colocar no Plano Diretor a autonomia de gestão, a ideia da escola mais autônoma, que é fundamental para poder dar responsabilidade, mas também dar autonomia e a educação em tempo integral que não apareceu. Acho que foi extremamente feliz essa ideia de começar com as áreas de risco, porque não temos recurso para começar imediatamente em todas as escolas. Foi realmente uma decisão estrategicamente correta e importante. A pergunta que faço é a seguinte: em 10 anos o que seria realisticamente possível, temos que também encarar essa realidade, não vamos resolver tudo em 10 anos, mas em 10 anos já passamos pelas Olimpíadas, então o que podemos esperar como redução nessa situação de carência tão grande que foi observada? Bem, isso dito, como outras pessoas vão querer falar também, vou passar a palavra ao Secretário Fernando William para que ele possa fazer sua apresentação e vou repetir para o Secretário, a mesma coisa que disse para a Secretária de Educação: é realmente insatisfatório o que não temos aí, parece que foi alguma coisa herdada de 1992 que

copiamos, mas está tudo aquém até da Lei Orgânica, acho eu, tenho certeza de que o Secretário, brilhante, com uma experiência inclusive muito feliz em programas sociais no Estado, que é um Estado difícil, então queremos ter inovações, queremos ter solução, porque afinal o número de meninos de rua que existem, cabe à escola absorver. Temos aqui uma boa parceria, mas o número de população de rua que está aí não é tão grande assim que não possamos resolver de maneira mais decente. Temos um problema também dos Conselhos Tutelares, do próprio Conselho de Assistência Social que seria um órgão auxiliar da sua Secretaria, acho que os Conselhos Tutelares, do jeito que estão hoje, são extremamente frustrantes, porque não me parece que a estrutura seja indicativa ou adequada para resolver os problemas e o número está muito aquém da média de sugestão que foi dada pelo Conselho da Criança e do Adolescente no Plano Nacional.

Passo a palavra ao Sr. Secretário para que possa nos ajudar a melhorar aqui a proposta da Assistência Social.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Boa tarde a todos, queria cumprimentar a Vereadora Aspásia Camargo, Vereador Reimont, minha colega, Cláudia Costin, Subsecretário Paulo Figueiredo, meu Subsecretário, Carlos Augusto, minha Subsecretária Denise, Tânia, Presidente do Conselho de Assistência, também está presente aqui conosco, todos os senhores e senhoras. Antes entendo a colocação da Vereadora Aspásia Camargo quando diz que o Plano está muito genérico, mas é preciso que a gente tenha um pouquinho mais de clareza, quando a gente fala em plano, você pode ter um plano de metas, um plano estratégico, um plano de diretrizes, precisamos saber que plano é esse, senão a gente pode acabar falando linguagens que não sejam exatamente as mesmas, por exemplo, o Plano Diretor, originalmente, quando foi pensado na Constituição de 1988, estabelecida a cidade com mais de 20.000 habitantes, deveriam ter seus Planos Diretores, foram pensados mais na lógica de organizar o ponto de vista urbano, tanto que o Plano Diretor é instrumento básico de política urbana do município. Foi mais pensado em ter uma visão de cidade, segundo sua organização urbanística, o Plano Diretor que foi elaborado e aprovado aqui em 1992, se não me engano, tinha muito mais essa característica, provavelmente nessa revisão que está sendo feita agora com um certo atraso, porque prevê ser revisado em 1992, os Vereadores provavelmente evoluíram na perspectiva de que esse plano não fosse apenas

um Plano que introduzisse uma nova metodologia, um novo conjunto de propostas de organização urbana da Cidade, mas levasse em conta também as políticas específicas de cada uma das áreas de intervenção do governo. Enfim, talvez isso tenha levado um pouco o governo, a própria Secretaria, algumas Secretarias, a não saber exatamente o que estavam discutindo, como é que estavam discutindo.

Quando discutimos o Plano Plurianual, temos uma noção de recursos, uma noção de gestão, fica muito mais fácil inclusive as metas. E um cuidado que o Prefeito tem orientado, e acho que nesse aspecto, ele está muito correto. Nós precisamos acabar com a visão macunaímica que tem prevalecido na história e na cultura deste país, especialmente em cidades como o Rio de Janeiro, que a gente faz as coisas na base do empirismo, na nossa empolgação criativa, somos um pouco criativos, fica tudo por conta da nossa criatividade, esquecendo que planejar é fundamental, é essencial, mas temos o cuidado para não cair no lado oposto, que é esculhambar os planos, ou seja, não fazer planos e planos e depois não cumpri-los efetivamente, não atingir aquilo que nós nos comprometemos nos planos e na hora desmoralizamos esse conceito de planejamento. Temos que saber exatamente estabelecer o equilíbrio para avançarmos.

Rio de Janeiro é uma Cidade contrate. Essa colocação segue um pouco para ter o modelo da apresentação na Olimpíada que foi vitoriosa, uma coisa que mostra o que é o Rio de Janeiro. Temos pessoas dormindo, literalmente abandonadas, mas é uma Cidade *fashion*, que lança moda etc. Temos a criança que não come ao lado do carro blindado. É uma Cidade de muitos contratos. É uma Cidade dual, portanto, na partida, é uma Cidade marcada pela segregação sócio-espacial, polarização étnica, racial, cultural, econômica e o que foi inclusive um ganho agora com a nossa vitória na Olimpíada, uma Cidade solidária na sua luta para a cidadania real e ativa, uma Cidade como bem coletivo essencial à reprodução da vida.

As múltiplas realidades metropolitanas, nós colocamos com base no índice de desenvolvimento social, primeiro por RA. Nós temos a Lagoa com 0,7 – o ideal é um – e Guaratiba com 0,44. Isso é a diferença por RA. Por bairro nós temos a Lagoa com 0,85 e Grumari com 0,277. A Favela Benjamim Constant (Botafogo) 0,59 e Favela Cachorro Sentado (Recreio)... Desce por setor censitário, o maior encontrado foi 0,919 e o menor, 0,18. Vou passar esses cenários rapidamente porque ficou difícil analisar,

mas mostra o seguinte: os mais baixos de um modo geral, na cor rosa, eles se encontram na Zona Oeste e os mais elevados nas cores roxo ou azul escuro encontram-se mais na Barra da Tijuca e na Zona Sul da Cidade, mostrando que há um contraste também no ponto de vista geográfico.

A Política de Assistência Social a luz dos princípios e diretrizes do novo Plano Diretor, gestão descentralizada através de 10 Coordenadorias de Assistência Social são as chamadas CAS, equipamentos e serviços territorializados seguindo a ordenação para planejamento previsto no Plano Diretor, área de planejamento, região de planejamento, região administrativa, bairro, setor censitário, expansão da política orientada por estudos de vulnerabilidade risco social, visando a distribuição justa e equilibrada da infraestrutura dos serviços públicos e dos benefícios da urbanização e articulação intersetorial, isso é fundamental.

A organização sócio assistencial, onde colocamos percentual da população vulnerável e distribuição dos serviços, por exemplo, a primeira CAS que é a P1, ali segue a ordem das APs, a população é 268 mil, a população vulnerável 40.543 mil, 15% da população se encontra em condições de vulnerabilidade e nós temos 13,73% dos equipamentos. A P2 que pega a Zona Sul e Zona Norte/Tijuca que vai de São Conrado até Usina pulando o Centro da Cidade, nós temos aquela população 997 mil, o índice de vulnerabilidade é o mais baixo 9,99, mas portanto, nós temos nesta área o maior percentual de equipamentos 16,38. A P3 fica mais nos considerados bairros da Leopoldina 631 mil pessoas, 119 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, portanto, 22% da população e 12,53% dos equipamentos.

Isso vai mostrando que tem uma disparidade grande, por exemplo, a 10ª CAS que fica em Santa Cruz; esses dados são bastante interessantes para pensarmos como se desenvolve. Isso deve refletir um pouco o conjunto das outras políticas, com certeza, onde de modo há uma demanda maior da mídia e da população mais organizada etc. A 9ª CAS é basicamente Campo Grande: 49% da população em situação de vulnerabilidade social; nós temos 7,7% de equipamentos. E a 10ª CAS, 70,04% da população em situação de vulnerabilidade, 11,0% de equipamentos. Números totais da população: 5,857 milhões; esse dado é de 2000. Hoje, a população chega a 6.200 milhões, aproximadamente. Aquele dado de 1,497 milhão do senso de 2000, mas, provavelmente, já é um número bem superior.

Serviços são os diversos equipamentos disponíveis nos centros de referência de assistência, centro especial da referência,

abrigos, sacas de passagem, triagem, todos os serviços disponíveis só da assistência.

Agora, podemos observar, mais ou menos, a população de área distribuída e a disparidade. Na 1, é praticamente igual; na 2, temos mais equipamentos do que população vulnerável, e quando chega à 10ª, a população vulnerável tem uma disparidade enorme.

Característica de cada equipamento: depois, lendo, vocês vão observar que vai ajudar bastante na análise. São os diversos equipamentos e como eles estão distribuídos por cada uma destas APs.

1ª CAS é aquilo que já falei – população vulnerável de 15,11; número de serviços: 13,73. Isso é importante e bom de se ler, mas mostrar, assim, fica difícil.

O projeto de assistência social no Plano Diretor, na verdade, pouco foi alterado no substitutivo – acho que nem foi alterado –, foi mantido basicamente o que já estava como proposta. O que está aí são os objetivos da política do Plano de Assistência Social no que tange às questões relativas a desenvolvimento urbano, repetindo um pouco o que está LOA e nos outros estatutos. Não houve muita criatividade nisso, nem de quem mandou nem de quem poderia modificar.

Garantir o atendimento às necessidades básicas da população relativas à proteção da família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice promovendo a integração no mercado de trabalho; promover a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; tornar o destinatário da ação assistência alcançável pelas demais políticas públicas.

São diretrizes da política pública setorial, da assistência social, promover o respeito, dignidade do cidadão, a autonomia aos seus direitos e benefícios de serviços de qualidade, bem como a convivência familiar, comunitária, vedando-se qualquer comprovação destinatária da necessidade; garantir igualdade de direitos no acesso a atendimentos; divulgar amplamente benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos oferecidos pelo poder público; integrar as demais políticas públicas setoriais no enfrentamento da pobreza na garantia mínima social.

O que estamos propondo é a política de assistência social formulada pela gestão municipal e aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social: deverá consolidar modelo sócio-assistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUS, que é recente, de 2004 para cá, exercendo as funções de proteção social básica e especial. Isso não consta do texto original com esta característica, defesa sócio institucional e vigilância sócio-assistencial da perspectiva de integração e da complementaridade das políticas públicas setoriais, ou seja, garantindo a interse-

torialidade, a complementaridade da assistência social, da garantia da ampla sensibilidade aos locais de atendimento, da ampla divulgação dos programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social.

Eu queria colocar uma questão que é importante dentro das indagações feitas previamente pela Vereadora Aspásia Camargo. Evidentemente, quando damos uma olhada nesses equipamentos, temos a percepção das necessidades e de como é preciso avançar na implantação daquilo que está definido, inclusive pela política nacional, pelo Sistema Único de Assistência, pela legislação, que até é relativamente nova. Pode-se dizer que assistência social normativamente, do ponto de vista da sua organização normativa, começa a existir com a Constituição de 1988, depois avança pelo Estatuto da Criança, com ECA, o Estatuto do Idoso, depois, o Plano Nacional de Assistência, a implantação do Sistema Único de Assistência, e, mais recentemente, do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A assistência, portanto, existe como política pública orgânica e normativa há 20 anos. Antes, tínhamos a política pública de assistência, fazendo cada um o que entendia melhor: distribuição de leite, de cesta, os programas empíricos, cada um tomando iniciativa no que bem aproovesse nessa lógica, claro, de assistência muito assemelhada, com grau bastante profundo de assistencialismo. A partir de 2005, o sistema é organizado em assistência básica, que deve dar assistência à população através do Centro de Referência de Assistência Social. O Rio de Janeiro tem, hoje, 40 Centros de Referência de Assistência Social para atender a população, que mantém os seus vínculos numa ação preventiva, numa ação de preservar esses vínculos e fazer com que essas famílias evoluam, sejam preservadas em escolas, aumentando a escolaridade, sejam integradas a outras políticas públicas de esporte, de saúde, de educação, de cultura, e que possam se desenvolver socialmente. Nós temos a proteção especial, que é dividida em proteção especial de média complexidade para famílias que começam a romper os seus vínculos, como é o caso das medidas de indicação do trabalho infantil, medidas sócio-educativas, medidas, por exemplo, de combate à exploração e ao abuso sexual. Isso é o de média complexidade para as famílias que preservam o vínculo, mas esses vínculos começam a ser rompidos. E há as chamadas ações especiais de alta complexidade, basicamente a rede de abrigo para as famílias que romperam definitivamente os seus vínculos, estando em situação de abandono nas ruas.

O Rio de Janeiro, do ponto de vista da proteção básica avançou – talvez, tenha sido uma das Capitais do Brasil que mais avançou. Nós temos 40 Centros de Referência, e é possível chegarmos ao final do governo desta gestão tendo dobrado o número de Centros de Referência de Assistência, chegando muito perto daquilo que propõe o governo, a norma operacional básica

que instituiu o Sistema Único de Assistência, ou seja, um Centro de Referência para cada 5.000 famílias. Nós estamos calculando 5.000 famílias em áreas de vulnerabilidade, significando que deveríamos ter em torno de 83 Centros de Referência de Assistência no Rio de Janeiro. Se não tivéssemos encontrado os Centros de Referência em situação tão lastimável como encontramos, muito precarizados, pouco ou nada informatizados, trabalhando *on line*, ao invés de *off line*, um nível de precariedade muito grande...

Nós estamos fazendo um grande esforço de colocar esses 40 centros em qualidade este ano, e não foram reformados, ainda, porque a burocracia é imensa, impressionante.

Estamos pensando em alguma coisa que diminua a burocracia nesse Plano Diretor, porque as pessoas, para se desenrolarem, é um problema. Nós estamos tentando, desde abril, a reforma; há recursos, os recursos são fundamentalmente federais, mas temos uma dificuldade enorme de por em prática. Para comprar, por exemplo, equipamentos para esses centros: desde abril, os computadores já foram comprados e, na hora de instalar a rede lógica, é um problema, tudo é muito complicado, é tudo muito lento. Um dos problemas da gestão pública no Brasil é a lentidão, é a burocracia, e tem que se ter uma atenção muito grande, senão não conseguimos andar. Às vezes, há os recursos e não se consegue gastar porque a burocracia dificulta.

Na proteção básica, estamos razoáveis, e acreditamos que vamos chegar ao final dessa gestão tendo avançado significativamente.

Na proteção especial de média complexidade temos, hoje, funcionando, nove CREAs, que são os Centros Especiais – na verdade, 8,5 porque um está muito dedicado à violência contra a mulher, e achamos que ele devia ter um conceito um pouco mais amplo. Colocamos, inclusive, no PPA, chegarmos a 13 Centros de Referência Especiais. Se chegarmos a esse número, teremos cumprido um avanço de, pelo menos, 50%, e será significativo. O nosso grande problema é a rede de proteção de alta complexidade. Não é nem que ela não tenha um número razoável de equipamentos, a questão é que ela se degradou completamente. Hoje, quando vamos a um desses abrigos, eu convido V. Exas. a visitar, vemos que é lastimável a situação dos abrigos, dos centros de triagem, das casas de passagem. Havia uma lógica, e, aí, não é uma crítica pequena, não é uma crítica menor, pois tenho profundo respeito por aqueles que me antecederam; temos um cuidado muito grande para não parecer que estamos inventando a roda ou que estamos construindo. Temos o cuidado de sempre colocar, enfim, que é um passo que se dá, que estamos em um processo, em uma caminhada. O gestor que me antecedeu dizia isso muito claramente, ele nunca escondeu, e vou repetir algo que ele dizia: “Se eu tenho 600 mil famílias vulneráveis na Ci-

dade do Rio de Janeiro, por que vou pensar em 2.000 pessoas que estão em situação de abandono nas ruas?” Isso incomoda mais à classe média do que, propriamente, resolve os problemas da cidade. Essas 2.000 pessoas, segundo o Ministério de Desenvolvimento, são quase 4.000. Sabemos que uma cidade como o Rio de Janeiro, apesar de todas as suas características... Inclusive, todas as vezes que se pesquisam problemas que os turistas encontram quando visitam o Rio de Janeiro, esse é o segundo maior problema colocado: o primeiro é limpeza urbana, o segundo é população em situação de abandono nas ruas. E, aí, numa boa, eu acho que essas 2.000 pessoas precisam ser, primeiro, tratadas com dignidade, tratadas com respeito, reintegradas à sociedade; não tem muito sentido que elas fiquem em situação de abandono, desqualificando a elas próprias, desqualificando uma cidade que tem as características de serviço, as características de turismo.

Agora, por exemplo, com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas, é uma cidade que tem que se mostrar ao mundo como uma cidade não só viável mas como capaz de atrair eventos, sendo os turistas bem atendidos, bem tratados, e que eles se sintam bem na nossa cidade. Então, a questão da proteção especial de alta complexividade passa a ser muito importante.

Então, só para adiantar algumas coisas rapidamente. Por exemplo, um dos problemas que encontramos que, praticamente não tinha nenhum tratamento era a questão do envolvimento de meninos e meninas – adultos também, mas, principalmente, meninos e meninas – como o *crack*. O *crack* entrou no Rio há pouco tempo e vem se alastrando, assumindo proporções perigosas e preocupantes. Hoje, grande parte dos meninos e meninas que se encontram em situação de abandono nas ruas já fazem uso do *crack*; a gente observa isso pelos relatórios de acolhimento. O *crack* é uma droga – acho que vocês todos já ouviram falar, a mídia tem dado uma cobertura importante – que vicia com muita rapidez, é um vício terrível, quer dizer, usou a pedra do *crack*, ela permanece dando barato no organismo durante uma hora, no máximo. O menino tem uma compulsão permanente de usar a droga, o que faz com que ele viva em função da droga até morrer. E muitos já estão morrendo. Então, o *crack* passou a ser uma questão muito importante na nossa perspectiva de ação. Temos feito um grande esforço nesse sentido, feito vários encontros, encontros com a área de educação, com a área de saúde, envolvendo todos os organismos do governo. Este mês, nós estamos inaugurando o que chamamos de Embaixada da Liberdade, um espaço de redução de dano, com a aproximação desses meninos para iniciar um processo de trabalho mais intenso com eles, na perspectiva de tratamento. Essa Embaixada vai ser, ali, na Avenida dos Democráticos, próximo do Jacarezinho, que é a maior crackolândia que a gente tem no Rio de Janeiro. Este mês, ainda,

estamos contratando um local de atendimento. O Rio de Janeiro não tinha nenhuma clínica de atendimento para drogadição, especialmente para criança e adolescente, só temos uma que atende ao Estado inteiro, com 90 vagas, em Barra Mansa. Nós estamos implantando este mês, e serão duas: uma para menino e outra para menina. Uma para menino, com 40 vagas, e uma para menina, com 20 vagas. Isso é um avanço importantíssimo nessa perspectiva de tratamento do *crack*, e, inclusive, teve a participação da Câmara e forte participação da saúde; estivemos em Brasília, e Brasília liberou recursos para implantarmos oito unidades pela saúde, os chamados Capsid, unidades de tratamento à drogadição. Hoje, temos duas no Rio de Janeiro, e até março, abril do ano que vem teremos mais oito, ou seja, serão 10 para atendimento de envolvidos em drogadição de um modo geral, mas com um olhar muito específico para a questão do *crack*.

E, por fim, a questão dos Conselhos Tutelares. Conselho Tutelar é uma coisa muito importante para mim, porque foi criado por lei quando eu era Vereador nesta Casa. Aliás, também, como o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho de Assistência foi uma mensagem do Poder Executivo, mas demos uma boa ajustada aqui. Então, tenho um sentimento de paternidade em relação aos conselhos. Ocorre que os conselhos foram muito mal tratados durante esses 13 ou 14 anos em que existiram. Eles foram criados e mantidos, basicamente, da forma que foram criados até hoje.

Então, quando se chega à gestão e se percebe como eles estão desmontados, como eles estão longe de cumprirem a função que deveriam cumprir, começamos a trabalhar na perspectiva de melhorá-los e de ampliá-los. Nós colocamos no Plano, no nosso PPA, que devemos chegar até o final da gestão, com mais cinco Conselhos, ou seja, 50% de crescimento; o ideal é que tivéssemos em torno de 32 a 33 Conselhos no Rio de Janeiro. A nossa ideia é chegar ao final da gestão com, pelo menos, 15 Conselhos funcionando. Este ano, talvez, já tenhamos mais um conselho funcionando, e todos os 10 que estão funcionando, alguns com problemas grandes. No de Bangu, que causou uma polêmica muito grande, nós já resolvemos o problema, ele já está funcionando em outra área, com melhores condições. O da Zona Sul funcionava embaixo de um viaduto. Aliás, funcionava embaixo de um viaduto, mas com nove meses de gestão, oito meses e meio, o que eu já apanhei porque ele funciona embaixo de um viaduto é impressionante. Não sei porque ninguém rugiu ou mugiu ao longo de 13 anos por conta de ele estar funcionando embaixo de um viaduto. Mas há umas coisas que só acontecem quando a gente chega, talvez porque a gente sinaliza com a possibilidade de as coisas mudarem e passarem a ser muito mais cobradas do que antes. Exatamente, como ouvido de mercador. Mas, aí, a gente dá atenção, procura resolver, demonstra que es-

tamos resolvendo. Por exemplo, o da Zona Sul sai de debaixo do viaduto este mês. Aliás, só não saiu porque onde ele vai funcionar funciona um grupo da terceira idade e, se fosse em outro modelo, um outro regime etc. e tal, chegava lá e dizia para o pessoal da terceira idade, que não tem nada a ver com a gente, é um pessoal da classe média de Laranjeiras, e tal: “Olha, vocês, por favor, saiam daqui, isto é um equipamento urbano, municipal, público. Até amanhã, tchau! Aqui vai funcionar agora o novo Centro de Referência, que a gente está instalando, e o Conselho Tutelar”. Só que há democracia, e agimos de forma diferente. Nós temos que persuadir, convencer, ajustar, mudar, adaptar e tal, até implantar o Conselho. Por isso, o Conselho Tutelar está indo para o Creas Maria Alina, que funciona na Rua São Salvador, e, com isso, a gente resolve. Vamos transformar, inclusive, esse espaço embaixo do viaduto em uma outra Embaixada da Liberdade, para atendimento da cracolândia aqui do Catete, aqui do Centro, enfim.

Outro desafio é o do Méier, que está ao lado do Hospital Psiquiátrico, e é um problema, é claro, mas se “agudizou” depois que um paciente entrou no Conselho Tutelar e tirou a roupa. Isso gerou uma confusão muito grande, foto em jornal e tal, e, aí, apressou-se o esforço de ajuste do Conselho Tutelar do Méier. Mas, enfim, os Conselhos passarão, este ano ainda, por um processo. Nós temos feito, inclusive, reunião mensal com todos os conselheiros, exatamente para saber quais os problemas e de que maneira a gente pode ir melhorando a qualidade de funcionamento dos Conselhos para fazer com que eles atendam. Está previsto aos Conselhos Tutelares garantir a defesa do direito da criança de acordo com o que pressupõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bom, desculpem se não fui tão conciso, como minha colega Cláudia, mas, enfim, está aí a apresentação.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Muito obrigada, Secretário.

Eu acho que há muitas coisas importantes que foram ditas e que, certamente, têm que estar traduzidas no Plano. Eu queria só esclarecer que o Plano Diretor que estamos encaminhando é o Plano Diretor que segue as recomendações do Estatuto da Cidade, e que é, na verdade, um Plano Diretor que tem uma preocupação prioritária com a sustentabilidade e com as estratégias, também. Por isso, as políticas setoriais são muito importantes como políticas que, na verdade, vão definir a ocupação do espaço, e não apenas um Plano que contém orientações urbanísticas, orientações de ocupação de território etc., que são fundamentais mas nós precisamos saber em que direção caminhar. Então, realmente essas estatísticas trazidas aqui, agora, certamente serão muito importantes para definir esses mapas e para definir uma

estratégia desse Plano Diretor, que é, realmente, diminuir as desigualdades entre a Zona Oeste, por exemplo, e a Zona Sul, mas também intrabairro, porque é visível que há um problema muito sério dentro de cada bairro.

Sobre a burocracia, estamos todos de acordo que tem que se ter alguma decisão dentro da área de gestão, mas eu queria só sinalizar que estivemos esses anos todos aqui sem uma orientação com relação a metas e a objetivos numericamente capazes de nos garantir um acompanhamento. Então, o fato de não haver metas facilita muito essa política do emperramento, porque há suspeitas de todos os lados que as licitações são viciadas, que existem, realmente, controles muito grandes sobre os gastos públicos. Agora, eu acredito – acho que, aqui, todos nós acreditamos – que alguma política de administração por resultados pode diminuir essa espécie de controle excessivo, e até o próprio Presidente Lula fez um discurso admirável nesse sentido. Ele disse: “Olha, nós ficamos sem fazer nada, sem dinheiro, então, os órgãos de fiscalização foram crescendo, ganham mais, são mais numerosos.” No final, ele citou até o caso do engenheiro: o que trabalha na fiscalização ganha 20 mil reais, e o que trabalha na obra ganha 7 mil. Ele deu esse exemplo recentemente, aqui no Rio. Então, acho que é uma questão, realmente, que tem que ser vista, e o Plano pode até ajudar em alguma medida, estimulando mais essa política da gestão estratégica.

Quanto ao Conselho Tutelar, Secretário, eu queria só fazer um comentário muito rápido. Eu até tenho uma lei, aqui, pedindo os 30% para equalização do número que seria ideal na Cidade, mas acho que eles, realmente, têm um problema gerencial gravíssimo. Porque, além de serem pouco numerosos, sinceramente, em muitos momentos, tive a impressão de que são verdadeiras máquinas de, vamos dizer assim, clientelismo eleitoral. Porque, essas eleições, ninguém sabe quando elas acontecem, a mobilização é obscura, existem condições para conduzir eleitores para votar em determinados candidatos, mas a Cidade inteira, na verdade, deveria votar nesses candidatos.

Então, as pessoas são bem intencionadas mas não são tecnicamente capazes de atender a multidão de problemas que existem, desde problemas de disputas, problemas familiares, problemas de drogas, problemas escolares. Eu acho que é uma sobrecarga, eles se queixam muito que, na verdade todos os problemas foram parar agora nos Conselhos Tutelares, e esses Conselhos não conseguem resolver os problemas. Finalmente, queria dizer, sobre essa questão do viaduto, que fiquei horrorizada com o de São Cristóvão. Era um abrigo, que, sinceramente... As crianças fogem mesmo, e quem não fugiria de um abrigo como aquele? É um verdadeiro pesadelo: um local escuro, sujo, inóspito. O abrigo tem que ser um abrigo que possa satisfazer o usuário, não pode ser uma prisão, nem pode ser um local de quinta

categoria, que as crianças, os jovens e os adultos dificilmente poderão aceitar.

Vou passar a palavra ao Vereador Reimont, que é da Comissão de Educação e Cultura. Temos um problema para administrar, porque a Secretária precisa sair por conta de compromissos que ela não pode retardar, mas gostaria de dar a palavra a todos que desejarem falar sobre Educação e, depois, então, se o Secretário permitir, deixamos para o segundo momento a questão do assistente social.

Com a palavra, o nobre Vereador Reimont.

O SR. VEREADOR REIMONT – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos companheiros da Mesa, Paulo, Cláudia, Aspásia, Fernando, Carlos. Quero dizer que fico muito satisfeito de ver, na Mesa, a Educação e a Assistência. Estou convicto, tenho certeza de que, hoje, nada fazemos sem estarmos integrados, articulados, e é sobre isso que desejo falar: na educação e na assistência, algumas questões verdadeiramente me preocupam. Em relação à Educação, todos vemos que temos, em 2009, verdadeiramente, um salto de qualidade, não temos dúvida disso, ninguém tem dúvida disso. Mas sabem aquela história de você sempre querer mais? É próprio daqueles que sonham, daqueles que buscam, daqueles que querem, fazer política com “P” maiúsculo, daqueles que querem verdadeiramente construir uma cidade que faça a diferença, porque nós estávamos em um patamar tal que a Vereadora Aspásia Camargo até pede um diagnóstico do que teria degringolado nesses últimos 20 anos. É um diagnóstico, uma análise, difíceis de serem feitos na sua totalidade, mas há uma possibilidade de aventarmos para algumas questões. A Secretária Cláudia Coutinho tem feito isso, tem falado sobre isso e falou hoje aqui sobre o processo de autoestima das nossas crianças, o processo de reconstrução de uma educação que seja integral nas áreas conflagradas pela violência.

Algumas questões que eu considero importantes, nesta palavra: articulação. A articulação da Secretaria Municipal de Educação com a Secretaria de Saúde, a Secretária também citou, com a Secretaria de Esportes, com a Secretaria de Cultura, quer dizer, como nós entendemos isso, essa discussão, essa articulação que deve ser feita, não podemos perder de vista. Nós podemos dar um salto de qualidade para a educação da nossa Cidade. Nesse sentido, a articulação se faz em um serviço que há na educação e tem que ser olhado mais carinhosamente, tem que ser implementado um pouco mais, destarte daquilo que a burocracia emperra conforme disse o Secretário Fernando William, que é questão da rede de proteção ao educando. Esta é uma rede que precisa crescer, é uma rede que precisa ser mais bem olhada, me-

lhor articulada, mais mobilizada. Dentre as muitas coisas, esse, na educação, é um ponto que nós não podemos de maneira nenhuma, perder de vista. Não dá para nós falarmos tudo, mas eu queria falar sobre educação e falar sobre isso.

Sobre a assistência, eu tinha um ponto para colocar, que foi o último ponto levantado pelo Secretário Fernando William, que é a questão dos Conselhos Tutelares. Uma cidade onde se tem, segundo a planilha das SMAS, 5 milhões, 857 mil habitantes, a população, segundo o IBGE, de 2000, portanto há oito anos temos 10 Conselhos Tutelares, com 5 Conselheiros em cada um, 50 Conselheiros Tutelares. E a legislação, se não me trai a memória, diz que para cada 200 mil habitantes deve haver um Conselho Tutelar. Fazendo um cálculo matemático rápido, deveríamos ter 29 Conselhos Tutelares, no mínimo. O Secretário fala do avanço, este ano, de mais um Conselho Tutelar, e do avanço para os próximos três anos. Quer dizer, até o final da gestão, de 50% chegaremos a 15, portanto estaremos ainda na metade daquilo que a lei prevê. Outro dia fui procurado por alguns Conselheiros Tutelares e foi muito interessante a colocação deles. Diziam: nós temos recebido, inclusive, intimações da Justiça, porque nós não damos conta de atender as demandas que nos chegam, não temos condições. Imagina um Conselho Tutelar atendendo a 800 mil pessoas numa área que tem uma população de 1 milhão de pessoas. Cinco Conselheiros Tutelares, com toda a demanda que advém das nossas comunidades, das nossas crianças, das nossas famílias. Esta, para mim, é uma questão cabal, é uma questão seriíssima, onde nós deveríamos, a destarte, novamente, da burocracia e do orçamento para isso, mas nós, aqui na Câmara de Vereadores, temos que nos posicionar e eu aqui me coloco à disposição da Secretaria de Assistência Social para ajudar no que for possível para nós podermos avançar nesse processo de construção dos Conselhos Tutelares.

Depois, a questão do sufrágio, a questão das eleições, é uma outra discussão que podemos fazer, que pode ser melhorada e que deve ser melhorada. Na verdade o Conselheiro é um distrital, não pensado globalmente, pensado, novamente, distritalmente. E talvez aí esteja a discussão que podemos fazer no Legislativo para a questão do sufrágio, da eleição dos Conselheiros Tutelares, de modo que precisamos caminhar para isso. Nesse sentido, quero trazer a discussão do servidor que eu sempre tenho falado. Diz o ditado popular: “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.” Nós temos que falar muito sobre isso, a ques-

tão do servidor, tanto na educação, a questão do professorado, dos profissionais que atuam na área de Educação. Nós temos que ver - um exemplo simples para o funcionalismo em geral - a questão da satisfação do servidor municipal em todos os níveis, em todas as Secretarias, os seus direitos adquiridos, o seu reajuste anual. Nós temos que discutir além das Secretarias e os Secretários estão sensíveis a isso e temos que discutir com a sociedade.

A questão da Secretaria Municipal de Educação, a questão das merendeiras, são questões que temos que falar, reincidentemente, para poder dar conta disso.

Na questão da assistência, um quadro complicadíssimo. O pessoal que sai da assistência e que está lotado na SMPD, que está diminuído na sua remuneração, um pessoal que ainda está em estágio probatório. O que eu quero dizer é o seguinte: quando nós queremos que um serviço seja bem prestado, aquele que presta o serviço tem que estar com a sua autoestima elevada. Aquele que presta o serviço tem que estar com os seus direitos garantidos e quando nós lutamos e trabalhamos em prol do servidor, no fundo, no fundo, não é que estejamos fazendo uma discussão corporativista - trabalhar para o servidor -, mas nós estamos querendo trabalhar para o servidor para que os da ponta sejam beneficiados. Essa é uma discussão que temos que fazer em todas as áreas do setor público, do serviço público da Cidade do Rio de Janeiro e, aqui, notadamente na assistência e na educação.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Muito obrigada, nobre Vereador Reimont. Agora, eu passo a palavra ao Dr. Heitor Ferreira de Souza, que quer comentar um pouco a questão da educação.

O SR. HEITOR FERREIRA DE SOUZA - Eu sou Heitor Ferreira de Souza, arquiteto, aposentado da Prefeitura, da SMU, com larga experiência na área de planejamento. Já tive um escritório grande em São Paulo, depois eu vim para o Iplanrio, como diretor e, como dizia o velho Leonel Brizola, eu venho de longe. Tive a oportunidade de conviver com o Vereador Fernando William, eu na condição de Assessor do Vereador Tito Ryff, para elaborar a Lei Orgânica, aprovada por todos os Vereadores, e por isso eu quero o testemunho do Secretário. A Lei Orgânica introduz o conceito de política de desenvolvimento do município co-

mo sendo o documento maior, orientador do próprio desenvolvimento do município. Dessa política de desenvolvimento se destacaria uma série de políticas setoriais, especialmente a urbana, que seria decorrente da política de desenvolvimento total do município e dessa política de desenvolvimento urbano é que sai o Plano Diretor, instrumento dessa política. E aqui está: “Instrumento para definir o uso e a ocupação de solo, de tal forma que possa garantir o exercício das funções e atividades econômico sociais previstas no desenvolvimento do município.” Infelizmente essa lei é do ano 1990 e a Lei do Plano Diretor nasceu em 1992, dois anos depois. Se isso fosse federal, seria uma lei inconstitucional, que não obedeceu à Lei Orgânica. Essa é que é a verdade. Como essas sucessivas substituições, substitutivos de 92, continuam com o mesmo erro, isso está dando uma confusão muito grande, a meu ver, porque se perde muito tempo tentando definir as políticas setoriais, ocasionando coisas terríveis, como por exemplo o que consta da Lei da Política do Plano Diretor quanto à Educação. Nós temos aqui dois artigos, enquanto que na Lei Orgânica, que é a Lei maior, de altas diretrizes, há 13 artigos e 33 incisos, muito mais desenvolvidos aqui do que em uma Lei que deveria aprofundar a questão. Isso acontece não só com a Educação, mas com todos os itens apresentados. A própria Vereadora chamou a atenção quanto à pobreza ou insuficiência do que consta da dita Lei do Plano Diretor quanto a esses aspectos setoriais. Essa questão está no ar. Ou nós vamos continuar fazendo de conta que isso vai valer. Se nós pegarmos o texto que está aqui, de dois artigos, ele não serve para nada. Não se aplica, não tem resultado, e como política, muito menos. Então, vamos pegar a Lei Orgânica que desenvolve mais, o resto é discurso. Sobra o discurso. Aquilo que nós falamos aqui é discurso. É como o jogo do bicho, vale o que está escrito. Eu me apego muito aos textos. Se pegarmos um exemplo dessa discrepância, vê-se que a Lei do Plano Diretor dispõe sobre a política urbana do município, instituindo o Plano Diretor da Cidade. O que é município e o que é cidade? Afinal, a política é para o município urbano e o Plano Diretor é para a cidade? E o resto, não tem Plano Diretor? O que é cidade e o que é município? Essa falta de precisão conceitual é que eu acho que termina prejudicando não só o entendimento mas também o próprio desenvolvimento dos trabalhos, ou coisa parecida. Por exemplo, a lei trata da política urbana, no entanto cria o Fundo de Desenvolvimento Urbano, mas

não introduz o conceito de política urbana. O que que é o desenvolvimento urbano?

Com essas preocupações eu participei da primeira Audiência Pública feita pelo Crea na época, onde terminei por força desse meu anseio de colaborar. Para mim sobrou o espaço das Audiências Públicas, uma vez que eu não estou envolvido com nenhum órgão, com nenhuma entidade em que eu possa trabalhar tecnicamente. Então, eu tenho aproveitado as Audiências Públicas para fazer essa minha manifestação. Eu produzi um documento, que eu passo às mãos da Secretária e do próprio amigo Fernando William. Eu tinha entregue a alguns colegas do meio ambiente e de Furnas, assessores do Conde. Há uma coisa importante a observar: quando eu escrevi esse documento, antes tomei o cuidado de apresentá-lo para a Secretaria de Urbanismo, porque eu sou aposentado por lá.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Heitor, vamos tentar nos concentrar aqui na questão da Educação, sobretudo porque a Secretária tem que sair.

O SR. HEITOR FERREIRA DE SOUZA - Eu não estou entrando no aspecto técnico, mas, de qualquer forma, a Lei Orgânica determina que a política, a parte de educação do município, é responsável pelo sistema de educação envolvendo a educação particular também, particularmente as creches. No documento que aparece no Plano Diretor, nem se fala nisso. O município tem a responsabilidade de fiscalizar o ensino privado também. Na verdade isso não foi citado até agora.

Outro aspecto dessa parte da Educação, é aquela inversão: o próprio colega da parte social e da educação também, faz uma leitura de como acontece o zoneamento, ou coisa parecida. O que nos interessa saber é o que o zoneamento urbano determina para garantir o espaço para as atividades, e isso não é nem discutido aqui. Isso está em um outro capítulo, o do macrozoneamento. Essas coisas nós temos que verificar. Nos interessa, no Plano Diretor, saber como o espaço urbano está sendo preparado, organizado para receber as atividades de cultura e de educação particularmente, sem falar nos velhos CIEPs. Eu, como ex-militante do PDT, da época do Leonel Brizola, acho que era uma coisa que não podia ser ignorada. Afinal de contas é uma recurso que temos hoje disponível para a educação que vale a pena ser me-

lhora considerado. É quase uma questão de ordem o que eu estou levantando.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Eu quero, agora, passar a palavra ao professor Madiagne Diallo, para comentar sobre Educação.

O SR. MADIAGNE DIALLO - Muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar os membros da Mesa e a comunidade aqui presente. Trabalho no Plano como supervisor acadêmico dos estudos estratégicos para o Plano. Gostaria de compartilhar com vocês algumas observações sobre planejamento. Minha fala se concentra na localização de equipamentos para educação.

(LENDO)

O Plano Diretor deve abrir caminho para uma reflexão real sobre o objetivo do ensino proposto à sociedade e expresso na Legislação. É necessário que exista um processo interativo entre as exigências da sociedade e as ações econômicas, sociais e de locação. Com isso, a decisão de localização de serviços educacionais tem como desafio a constante interação entre a educação e as mudanças sócioeconômicas que acontecem cada vez mais rápidas na sociedade.

O crescimento acelerado nos grandes centros urbanos provoca a saturação das áreas residenciais, fazendo com que a população migre para a periferia das cidades. Esse movimento migratório afeta a previsão de demanda pelo ensino público nas áreas periféricas, já que a maior preocupação está no atendimento aos limites urbanos.

O sistema de ensino apresenta maior deficiência, principalmente nas zonas mais periféricas, fazendo com que a população mais carente tenha dificuldade no acesso à educação.

O movimento migratório, citado anteriormente, causa um crescimento desordenado, apresentando, em alguns lugares, a formação de favelas e outros tipos de pobreza urbana. Nas regiões de ocupação informal, a falta de instalações educacionais é ainda mais grave, já que os administradores públicos não alocam equipamentos coletivos em áreas não regularizadas.

Aspectos sócioeconômicos, como violência urbana e desemprego, são determinantes na frequência dos alunos nas escolas e na de decisão de escolha. A violência urbana faz com que a população escolar decida por escolas que estejam distantes, fazendo com que em alguns casos longas distâncias sejam percorridas, a pé ou pelo transporte coletivo. O desemprego afeta a frequência dos alunos na escola, pois, em muitos casos, o aluno deve abandonar os estudos para colaborar na renda familiar. Todos os aspectos citados acima causam desequilíbrios no atendimento escolar, onde, em algumas escolas, existe uma capacidade ociosa devido à baixa procura pela população escolar, enquanto, em outras, existe uma escassez de capacidade.

Outros fatores, como o prestígio escolar, a qualidade do ensino e a merenda disponível nas escolas são determinantes para o desequilíbrio.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Eu gostaria somente de deixar registrada aqui três sugestões que resultaram de estudos que nós fizemos em laboratórios de apoio à decisão da PUC sobre educação no Rio.

Nós percebemos que a dispersão de crianças nas ruas e o fato de que mães ficam em casa para cuidar dos filhos só por não terem como pagar creches particulares ou babás poderiam levantar questões sobre a necessidade de, como nos países desenvolvidos, baixar a idade da obrigatoriedade da frequência da educação infantil para dois ou três anos. Isso é um ponto.

O segundo, seria a introdução da Educação Cívica por duas horas por semana nas redes públicas e privadas, que se revela cada vez mais necessária na sociedade. Vamos pegar um exemplo simples: em 2016, uma criança hoje com seis anos, estará com 13 anos de idade, quer dizer, idade de andar solto na rua, à prova da sua civilidade, de sua educação cívica, num momento que, a partir de 2013, a cidade estará sendo vista pelo mundo inteiro, por ser uma cidade olímpica.

E eu vou terminar dando uma sugestão às duas Secretarias, no caso a da Educação e a de Assistência Social. Essa sugestão poderia ser uma colaboração especial para o Plano Diretor, que é um projeto, que poderia ser olímpico, de retirar as crianças da rua; como poderíamos fazer isso, selecionar cerca de mil crianças na Cidade do Rio de Janeiro, levar essas crianças, a partir do ano que vem, para a China. Teremos, então, cerca de seis anos

para formar essas crianças em áreas como acrobacias, coisas que eles sabem fazer na rua e aprenderam sozinhas, trazer essas crianças de volta ao Brasil a partir de 2010 e essas crianças poderiam servir de modelo dentro de suas comunidades e isso poderia trazer futuros campeões olímpicos para a nossa cidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Muito bem, a ideia é boa, de usar os dois mil que estão aí soltos para alguma coisa especial. A China talvez seja muito cara e muito longe, mas vamos ver.

Eu queria passar a palavra agora ao César Dória e a alguém mais que quiser falar sobre educação.

O SR. CÉSAR DÓRIA - Eu vou ser bem breve. A propósito de que a Secretária Cláudia falou, nós já nos conhecemos do Ministério da Reforma do Estado. As estatísticas brasileiras em matéria de educação são dramáticas. Em pesquisa realizada pelo Banco Mundial constatou-se, nos Estados Unidos, que 1% da taxa de frequência do ensino médio provoca uma redução assustadora em termos de redução de homicídios. São 30% menos de homicídios, 20% menos de roubo de veículos, 6% menos em relação a roubos de automóveis, etc...

Numa relação direta entre os baixíssimos níveis de educação do Brasil e os dos Estados Unidos, da Coreia do Sul, da China e de outros países, que têm índices de escolaridade superior acima de 80%, nós estamos com 26%.

A relação entre o baixo nível de educação e a criminalidade é direta. Também existe uma relação muito forte entre a questão da desigualdade e desequilíbrio de renda no país e a questão da educação. O Rio de Janeiro talvez represente o maior desafio brasileiro nesse sentido, porque há uma massa de pessoas pobres muito grande aqui. O Globo Repórter fez uma matéria sobre educação nas escolas, onde o nível de estresse dos professores é altíssimo.

A questão da visão da Educação no Brasil. Nós olhamos a Educação no Brasil como um fim; a Educação para países desenvolvidos é um meio. As crianças é que vão garantir o futuro do Brasil. É o princípio da agricultura: se não plantar, se não irrigar, não adubar, não vai colher. Então, nós estamos com um *déficit* altíssimo, a preocupação nossa - isso deveria fazer parte do Plano Diretor - é que a criança seja a nossa força de trabalho

do futuro e não que a criança tire diploma. O produto, ao longo do tempo, tem que ser de altíssima qualidade num país como o Brasil. Eu fui às escolas, Secretário, posso lhe mostrar o trabalho que eu fiz no Vidigal, Cantagalo. Montei uma escola de empreendedorismo lá e eles não têm recursos para tocar o projeto. Envolvi a comunidade, fiz palestras na escola Almirante Tamandaré, fiz 20 Seminários na escola, mais de 400 pessoas compareceram e nós não temos recursos para continuar. Então, o Plano Diretor, as políticas de educação no Brasil devem ser formuladas tendo em vista que as crianças é que vão garantir o futuro do Brasil, como acontece em países do Terceiro Mundo. Nós somos a 10ª economia do mundo, então não adianta vir com desculpa esfarrapada de que não tem dinheiro. Tem muito dinheiro no Brasil. Agora está-se falando em pré-sal e a partir do ano que vem já entra o carro elétrico no mercado. Então, não sei como se vai gastar tanto dinheiro no pré-sal se em Nova York até 2020 os carros já serão elétricos, os táxis todos serão elétricos, nós poderíamos gastar esse dinheiro na educação.

Então, a minha preocupação é fazer com que o Plano Diretor veja a Educação, veja as crianças como o futuro do país, prepará-las para que entendam como é o mercado de trabalho e não simplesmente como estatística educacional.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Vamos passar a palavra, agora, à Sra. Vânia Farias.

Telegraficamente, porque eu sei que você pode falar de novo aqui na área da Assistência Social, embora sem insistir nesse problema, eu quero pedir a vocês desculpas porque houve, realmente, um atraso do nosso Debate Público.

A SRA. VÂNIA FARIAS - Se for possível, eu já posso falar as duas situações na sequência: educação e assistência. Vou tratar, então, da questão da Educação.

Bom, eu sou Vânia, atual Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, ex-Presidente do Conselho da Criança e Gerente de Projeto do Balé de Santa Tereza. Cláudia, eu já tive outras oportunidades de estar com você, mas normalmente sua agenda é sempre muito apertada, mas primeiro eu gostaria de dar os parabéns pela sua linguagem em tratar o problema da educação de forma real. Realmente falar do Ideb do Rio de Janeiro, é bom compararmos o Rio de Janeiro com as potencialidades do Rio de Janeiro e não com as potencialidades do interior do Nor-

deste, porque nós vamos conseguir ter um panorama exato do que hoje é a nossa cidade. Nós temos, sim, problemas muito sérios na área de Educação.

Eu acho que esse conceito que você traz de Educação integral é muito importante para a cidade. O que eu gostaria de deixar aqui com você, é uma proposta. Inclusive eu e a Presidente do Conselho da Criança estivemos já conversando com o Secretário Fernando William por conta do primeiro passo que vocês deram com a questão do PET nas Escolas do Amanhã, e eu gostaria de dizer que o Conselho da Criança também tem uma experiência em complementação ao horário escolar que foi desenvolvido a partir de 2005, ainda temos algumas instituições executando um projeto de complementação ao horário escolar que eu acho que poderia somar bastante na questão das Escolas do Amanhã, porque trabalha justamente a capilaridade que as instituições podem cobrir na nossa cidade e a linguagem específica de cada território, efetivando uma parceria entre outras Secretarias e instituições.

A senhora se referiu muito bem à questão do Bairro-Escola, e é exatamente isto: Política Pública é para ser executada por todos nós, não devemos esperar que o Estado desça e traga todas as benesses. A importância dos Conselhos e da sociedade na Política Pública é fundamental. Portanto, gostaria de deixar aqui em aberto essa discussão, nós já começamos uma conversa ainda informal com o Secretário Fernando William, que a princípio gostou da nossa ideia e pode vir a conversar com a senhora para tratar desse assunto mais profundamente, trazendo essa experiência que já foi desenvolvida pelo Conselho e que já atingiu mais de 4 mil crianças na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Eu queria passar a palavra agora ao Sr. Paulo Saad, pedindo que se concentre na Educação, porque a Secretária vai ter que responder vocês e sair.

O SR. PAULO OSCAR SAAD - Boa tarde a todos, companheiro Fernando William, componentes da Mesa, Secretária.

A proposta que trago é específica. Represento os moradores de Santa Teresa, bairro incluído no Centro Histórico do Rio de Janeiro e posso dizer que essa é uma proposta que diz respeito aos bairros cujo ambiente natural e cultural se quer proteger, especialmente os bairros do Centro Histórico. Não devemos es-

quecer também os bens históricos ao longo da cidade toda, fazendas no interior, Zona Oeste e etc.

A questão que eu apresento tem a ver com a territorialização de que a senhora falou, tem a ver com o bairro educador, tem a ver até com Paulo Freire, educação como prática da liberdade. Precisamos educar os cidadãos, inclusive no nível profissionalizante, para garantir que nosso patrimônio cultural seja de fato protegido.

Vou dar um exemplo claro: não adianta a gente proteger o pavimento de paralelepípedo das ruas de Santa Teresa, se não tivermos profissionais calceteiros na Cidade do Rio de Janeiro.

É tão raro esse tipo de profissional até mesmo na Europa; a produção do conhecimento do calcetamento é feita em Portugal, que a exporta para toda a Europa. Portugal forma a exporta calceteiros para a Europa inteira. Aqui, no Rio de Janeiro, existem alguns poucos calceteiros, alguns moram em Santa Teresa até hoje, e poderiam e deveriam estar ensinando os jovens do bairro a não só conhecer o seu patrimônio, mas também a conhecer ofícios que possam garantir a preservação do seu patrimônio. É só um exemplo, mas isso se aplica a outros casos, como por exemplo à manutenção do ponto de Santa Teresa, os mecânicos, os reparadores de trilhos, os reparadores da rede aérea, etc.

É o conhecimento específico. Esses ofícios estão acabando e sem eles não há preservação cultural.

Diria também que seria interessante para nós, para toda a Cidade do Rio de Janeiro, contarmos com a Educação, eu não digo Educação Ambiental para o conhecimento de topologia, das espécies arbóreas ou da fauna ou da flora; eu entendo que poderíamos ensiná-los a técnica de certas profissões ligadas à preservação do ambiente natural. Técnico botânico, jardineiro, existem muito poucos, hoje, em operação. Em Santa Teresa, bairro de jardins e quintais, há muito poucos profissionais oferecendo esse tipo de serviço no bairro.

Hoje existe uma praga, que é a praga da erva de passarinho que está disseminada praticamente em toda Santa Teresa, porque não há profissionais que saibam fazer esse serviço.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Paulo, por favor, isso não é da educação primária, da educação básica, até a oitava série ou da Secretaria de Trabalho.

O SR. PAULO OSCAR SAAD - Sim, veja bem, eu li no Artigo 196, educação de jovens e adultos, li também: articulação com Programa de Geração de Empregos, está no Artigo 196 que eu recebi aqui. Vocês me desculpem, mas eu não estou sendo impertinente aqui na minha exposição, pelo contrário, eu estou seguindo o que me foi entregue, como disse a Secretária. A Secretária falou em territorialização, falou em Bairro-Educador; então, eu entendo que a minha exposição aqui é absolutamente pertinente e estou fazendo essa proposta porque entendo que já é uma prática hoje, devo dizer, em certas escolas, como a Escola Santa Catarina e Escola Machado de Assis. Na linha da educação ambiental, chega um determinado momento, Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Sra. Secretária, o aluno que foi educado com essa educação ambiental, não tem mais para onde ir. Então, eu entendo que seria importante se já houvesse esse tipo de iniciação, porque eu estou falando de 8ª série, estou falando de garotos de 14 e 15 anos muitas vezes, essa que é a verdade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada Paulo.

Vou passar rapidamente aqui para o Silas, que vai fazer um rápido comentário e depois à Márcia.

O SR. SILAS JORGE BRAZ LIMA - Boa tarde, meu nome é Silas Jorge. Sou Diretor de Cultura da ONG Criaex, e dentro da educação nós temos desenvolvido, nos bairros de Guadalupe e Honório, o reforço escolar para essas comunidades. Eu, como ator teatral, dentro de algumas aulas com algumas crianças, vejo a dificuldade que hoje a criança tem para ler. Eu pergunto a ela: “Você sabe ler?” Ela responde: “Eu sei.” Aí você dá um texto para ela e vai verificar que ela não sabe ler. A proposta que a gente pretende deixar com a Secretária - podemos até marcar uma data para efetivar essa proposta - é a do reforço escolar, a ONG entrando e vindo junto com o reforço escolar nessas comunidades carentes da Zona Oeste, como a Secretária mencionou.

São dois os projetos que amo: Volta ao Mundo em 52 histórias, que consiste em contar as histórias de Branca de Neve para essas crianças através dos países, cada versão de cada país, e através disso mostrar também um pouco da população e da economia desses países para essas crianças. E a outra seria: Bonecos

Contadores de Histórias, para ir às escolas através do teatro de fantoches para crianças. Pegar todas as campanhas, como por exemplo educação e higiene, e transformar isso em apresentação teatral. Fica, portanto, essa proposta para a Secretária. Quem sabe podemos marcar e agilizar isso da melhor forma possível.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Ótimo, muito obrigada.

Com a palavra, Márcia Vasconcelos.

A SRA. MÁRCIA VASCONCELOS - Eu vou dar o meu recado rapidamente. Secretária, se a sua proposta for a proposta que a gente vai ver, então eu só vou dizer isso, nós estamos aqui discutindo o Plano Diretor, mas nós, do Controle Social, vamos estar atentos. Eu achei maravilhosa a sua proposta e vamos estar acompanhando e também estamos fazendo uma outra tarefa; o Subsecretário esteve conosco em Bangu, nós já fizemos na quarta-feira em Campo Grande, a representante do bairro esteve discutindo a educação; então, nós temos quatro anos para cobrar o resultado das suas metas. É só isso que eu queria dizer: nós estamos de olho, não só para o Plano Diretor.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Senhor José Jandir, por favor.

O SR. JOSÉ JANDIR – Sou Jandir, do Alto da Boa Vista.

Senhora Secretária, eu quero pedir o seguinte: nós temos muita defasagem, falta de vagas em creches e eu tenho uma creche conveniada a Prefeitura. Nós temos 45 vagas, abriu na Igreja da Luz, tem mais 70, mas isso é muito insuficiente. Em janeiro ou fevereiro deve inaugurar a Escola Mata Machado, escola padrão. Parabéns, porque está linda e maravilhosa. Agora, onde está linda e maravilhosa. Agora, onde está a outra escola hoje, pode transformar aquilo numa creche com berçário, porque há muita necessidade. As mães querem trabalhar e não tem com quem deixar os filhos. Eu fiz essa creche, que eu tenho até hoje, porque eu precisava deixar a minha filha. Eu pagava; então, eu fiz pensando também nos filhos dos outros.

Outra coisa que vou mencionar é que essa renda *per capita* é muito insuficiente. Não sei se alguém já cobrou anteriormente, com a Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, mas é insuficiente para mantermos a nossa creche com os padrões que vocês querem.

Outra coisa: gostaria de dar-lhe os parabéns. A senhora tem acompanhado no Diário Oficial, que anunciou a construção, se não me engano, de 50 creches ao longo do tempo na Zona Oeste,

mas o nosso Alto, apesar de ser uma área de Floresta da Tijuca maravilhosa... O Conde foi Prefeito e me dizia. “O Senhor não precisa disso, precisa daquilo...”. Eu disse “não.” Precisamos, sim, de políticas públicas. Quando eu vim em 2004, eu não estava com a documentação adequada. Eu já segurei essa creche. A Maria Inês é a nossa eterna coordenadora. Eu fiquei mais de um ano sem convênio e não deixei a creche fechar. Coloquei os salários dos funcionários em dia, tudo por conta de documentação, mas estamos trabalhando juntos e espero continuar com essa parceria. Quero falar da Assistência Social depois.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Com a palavra, agora, a Sra. Secretária Cláudia Costin.

A SRA. SECRETÁRIA CLÁUDIA MARIA COSTIN – Bom, vou ver se eu lembro. Tentei anotar, mas não tenho certeza de que vá lembrar de tudo.

Em primeiro lugar, queria fazer um comentário sobre o que a Vereadora Aspásia Camargo comentou. O Plano Diretor foi feito neste primeiro ano, acredito que até pelo fato de ser uma nova gestão, na Casa Civil, nós não tivemos uma participação. Não sei como foi no caso do meu colega Fernando William, mas a Educação não teve participação na elaboração. Então, há alguns descompassos, mas não tem problema, porque as Audiências Públicas são para isso mesmo. Alguns descompassos estão relacionados a isso. Nós fizemos novas propostas e as estamos trazendo.

Com relação às questões iniciais, que a Vereadora Aspásia Camargo, temos a importância de trabalhar com mapas. Nós hoje trabalhamos pelas CREs e dentro das CREs com mapas. Talvez tivesse sido interessante, de fato, trazemos para apresentação esses mapas. Por exemplo, na questão do ensino fundamental nós temos escolas encravadas em comunidades violentas. Não é como foi levantado, até por não conhecer a nossa realidade. Eu passo dois dias nas escolas. Nós temos a presença, inclusive, nessas áreas mais vulneráveis, em grande número. O que nós não temos, que nos leva a ter o Ônibus da Liberdade, é uma presença bem espalhada dentro da Zona Oeste. Aí sim nós temos que avançar mais. Houve uma migração urbana que tem de, como a Vereadora Aspásia Camargo levantou com muita propriedade, ser considerada. As escolas ociosas estão em áreas em que houve uma migração urbana, então não há mais crianças em número suficiente nessas áreas, ou são escolas que os pais preferem não colocar as crianças. É o caso de muitos Cieps.

Nós temos muitos Cieps que se esvaziaram porque as mães procuram um outro tipo de escola, não por ser Ciep, mas por estar onde está. Os pais querem uma nova realidade para as crianças.

A queda no desempenho na língua portuguesa e na matemática já vem sendo vencida. As provas bimestrais estão nos proporcionando um acompanhamento da evolução dessas crianças de 5º e 9º anos. O que a gente constata hoje é que o 5º ano vem melhorando em português e em matemática. Nós fazemos as provas no mesmo formato das provas da Pró-Brasil. Embora as crianças do 9º ano tenham melhorado em matemática, essa melhora ainda não é aquela que queremos.

A autonomia de gestão eu enfatizei bem, tanto no texto do Plano, quanto na apresentação, e a educação em tempo integral também. Bom, então vamos lá. Algumas partes da apresentação do Heitor eu não entendi muito bem, por precariedade minha e não pela apresentação dele, mas eu acho que estão relacionados à forma de elaboração do Plano Diretor. Eu só queria dizer que isso tudo que apresentei não é discurso, é prática. Desde janeiro nós estamos mudando através de ações concretas. É importante dizer que nós fizemos uma opção que parece ruim, mas foi fundamental: adotamos uma técnica de “planefazendo”. O que quer dizer isso? Eu não posso dizer para uma geração de crianças: “Olha, daqui a dois anos eu virei com um plano maravilhoso e até lá, esperem”. Em dois anos na vida dessa criança, ela se perdeu. Então, nós adotamos uma prática: fazemos planos, vamos no caminho implantando e vamos corrigindo no processo da educação, enquanto elaboramos um plano mais adequado.

Foi por isso que começamos e em janeiro assumi no dia 2. No dia 4 de fevereiro a revisão de 45 dias já estava na mão de cada professor e de cada aluno e começamos o processo. Está cada vez melhor, mas devemos começar desde o começo. O Ciep é um recurso importante. Está sendo usado. Das 150 Escolas do Amanhã uma boa parte são Ciep, e só foi possível fazer a educação em tempo integral em muitas áreas porque existem os Ciep. Então, eles estão sendo plenamente utilizados. O senhor que é arquiteto entende, os Ciep, do ponto de vista de acústica, tiveram que ser fechados, porque 80% dos professores que trabalham em Ciep estão sem voz. Nós tivemos que fazer, já começou em vários Ciep, a adequação acústica. As salas de leituras dos Ciep são maravilhosas e estão sendo mantidas. Muitas das creches vão ser construídas em terrenos de Ciep. Nas zonas periféricas as escolas estão sendo mais fortalecidas. Ainda temos que avançar mais ainda e há essa questão das Escolas do Amanhã, justamente para essas áreas em que não apenas há indicadores sócio-econômicos negativos, mas essas crianças são tiradas das escolas para trabalharem no narcotráfico ou nas milícias. Isso nós não podemos fingir que não está acontecendo, daí o programa de erradicação do trabalho infantil, daí a educação em tempo integral, daí o combate à evasão escolar com medidas efetivas. É muito importante dizer que a taxa de evasão escolar do Rio de Janeiro é uma das mais baixas do país. É de 2,61% mas quando a gente olha

para essas 150 escolas, ela é o dobro. Ainda é das mais baixas, mas é o dobro, por quê? Porque quem toma a decisão de sair da escola não é o pai nem a mãe da criança e sim a própria criança. Ela não sente que vai haver um projeto de futuro e por isso a palavra Projeto de Futuro ganhou tanto força no nosso Plano Diretor. Ela, a criança, sai da escola para trabalhar no narcotráfico ou nas milícias, ou para não fazer nada. A escola tem que ser muito interessante para essas crianças e por isso colocamos o Projeto Inovador de Ciências nessas escolas. Nós colocamos um laboratório de ciências dentro de cada sala de aula, em cada uma dessas Escolas do Amanhã. Não é pouco e isso tem trazido um grande impacto. Quem tem acompanhado tem visto que as discussões sobre o Projeto de Ciências vêm avançando.

Com relação à merenda, a merenda do Rio de Janeiro é considerada uma das melhores do país. Ela foi ainda mais aperfeiçoada, inclusive o Prefeito Eduardo Paes, achou insuficiente a quantidade de proteínas, porque não havia carne todos os dias e hoje nós temos carne todos os dias. Na minha casa não há carne todos os dias, mas na merenda escolar tem todos os dias. Talvez um pouquinho na contramão da área ambiental, que está preconizando o Programa Segunda-feira sem carne, mas para essas crianças pode fazer uma diferença. Com relação à questão de baixar a idade de obrigatoriedade, o MEC o fez para 6 e está em discussão para 4 e 5. Nós baixamos para 4 e 5. Há discussões muito fortes. Não há consenso internacional sobre 2 e 3 anos. Nós preferimos, em vez de entrarmos numa questão polêmica que preconiza que não se torne obrigatório até 3, de ampliar a oferta de vagas nas creches. Como sei que tem que ampliar, dobrar? Sei porque a demanda por vagas em creches para os sorteios tem sido o dobro do que oferecemos de vagas. O Sr. Cesar Doria levanta a questão dos indicadores ruins. Nós tivemos, de fato, um avanço grande em números de anos de escolaridade. Hoje estamos no Brasil com 7,4 anos de escolaridade, mas isso é inferior ao número da Colômbia, é inferior ao do Chile e é inferior ao da Argentina. Nós temos que avançar mais. Colocamos com muita clareza no Plano Diretor que um dos papéis da Educação ou o papel mais importante é gerar oportunidades futuras para essas crianças. Sim, nós conversamos muito já em outro momento e a complementação do horário escolar é extremamente importante, com atividades culturais e desportivas.

Com relação à manifestação do Sr. Paulo Saad, fiquei um pouco confusa, porque nós fazemos educação de jovens e adultos como uma atividade complementar para o ensino fundamental, mesmo quando é educação de jovens e adultos. O Plano Diretor fala em articulação com o mercado de trabalho, mas articulação de duas Secretarias, Secretária da Educação e Secretaria de Trabalho. Se a gente formar crianças incompetentes em português e em matemática, essas crianças não terão um futuro profissional e

isso é uma queixa muito grande. No entanto, eu achei interessante o comentário que ele fez. Existem nichos de trabalho que tem a ver com vocação de determinadas áreas. Seria uma questão de articulação entre nós, Secretaria de Educação e Secretaria de Trabalho. A Educação Ambiental que nós damos é para formar cidadãos e não para formar profissionais em meio ambiente e isso pode ser feito no ensino médio. A nossa ênfase é em cidadãos com olhar ambiental.

O Silas fala dos projetos dele, mas foi importante falar das crianças que não leem. Nós fizemos um projeto para todas as 28 mil crianças que estão no 4º e 5º anos e que não leem. Aí é uma obrigação nossa, do Município. Ela pode ser complementada com reforço escolar, no sentido de recuperação. Primeiro precisamos realfabetizar essas crianças e tem de ser com boas técnicas e bons métodos, o que não invalida os dois projetos que ele mencionou, “Contadores de Histórias” e educação por meio do teatro.

Márcia, obrigada pelo voto inicial de crédito e nós estamos aqui para ser cobrados, mesmo. Então, toda a equipe da Secretaria de Educação sabe que o papel tanto da Câmara como da população, dos representantes da sociedade, é cobrar e nós temos que estar avançando com essas metas.

O “per capita” das creches é insuficiente. Nós sabemos e o Prefeito sabe que é insuficiente e estamos estudando qual é o patamar correto e vamos avançar em vagas em creche.

Eu queria só fechar falando sobre alguns outros pontos que foram levantados, a questão da arte e cultura. Nós temos núcleos de arte. São mais de um por Coordenadoria Regional de Educação. A questão da cultura é importante e complementa o que é dado na grade escolar. Anualmente temos um festival de música na rede que é super importante. A mesma coisa é no esporte. Temos mais de um clube escolar por CRE e estamos em jogos estudantis, quer dizer, educação física é uma prática importante.

Queria aproveitar para comentar sobre a Educação Cívica, que foi apontado pelo professor da PUC. Nós temos um número de horas insuficiente, ou seja, quatro horas e meia. Eu não quero novas disciplinas. O MEC definiu muito corretamente Educação Cívica como um tema transversal. Todos os professores, de todas as disciplinas, têm de trabalhar com Educação Cívica. Nós começamos baixando aquela resolução que agora o Governo Federal copiou e o Rio de Janeiro foi pioneiro nos anos recentes no sentido de tornar a execução do hino obrigatório, pelo menos às segundas-feiras e contamos com os professores para trabalhar isso em salas de aulas. Eu não queria aulas de português, matemática, ciências, geografia e história. Eu quero que cada um deles fale da Educação Cívica.

Eu só queria lembrar uma última coisa sobre um ponto e queria fechar com o que a Vereadora Aspásia Camargo levantou

sobre o fato de o Rio, que tinha uma educação tão boa, hoje não ter mais. Eu vou dizer o que houve. É muito simples. Em 1930 o Brasil tinha 21,5% das crianças na escola. A Argentina tinha 10%. O Chile tinha 73%. Só para pegar países comparáveis, porque eu não poderia falar da Alemanha, que tinha universalizado o ensino já no século XIX e os Estados Unidos também. No final da década de 60 nós tínhamos 40% das crianças na escola, época das escolas tão boas do Rio. Eram escolas para filhos de letrados ou para filhos de gente que valorizava muito a educação. Agora nós temos uma escola para todos, para os filhos de famílias desestruturadas, para as crianças que estão no contraturno, muitas vezes mendigando cada vez menos, mas ainda temos, enfim, para todos. O Brasil e o Rio não se prepararam para dar educação para todos. É um outro tipo de educação. Fácil é educar os filhos de letrados. Difícil é educar todos. Esse desafio, nós não temos mais desculpas para não enfrentá-lo. O Rio de Janeiro está em 16º lugar e queremos ser como Campo Grande. Campo Grande hoje é a primeira capital no Idep. Nós vamos chegar lá. Sabe como eles conseguiram isso? Com continuidade de uma boa política educacional, com uma grande Secretária de Educação, a Cecília, e a oportunidade de uma boa política educacional. Nós vamos chegar lá e desculpem-me brincar com uma expressão em inglês: “Yes, we can”. “Sim, nós podemos”. Uma cidade que possui os melhores centros científicos consegue educar não só os filhos de letrados, mas todas as crianças que o Fernando William recolher. Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Dando prosseguimento eu queria abrir aqui a palavra para os oradores que quisessem falar sobre a Assistência Social. Eu vou começar com a Vânia Farias, que é Presidente do Conselho da Assistência Social, que vai completar o seu pronunciamento. Antes eu queria dizer também que, quem quiser dar sugestões é só acessar o [site WWW.camara.rj.gov.br](http://WWW.camara.rj.gov.br) e entrar no link Plano Diretor.

A SRA. VÂNIA FARIAS – Agora eu já aprendi que o microfone é do lado de cá.

Secretário, eu vou falar um pouco sobre tudo o que já falei, felizmente na questão do PPA, mas vou repetir e repetirei quantas vezes forem necessárias, porque eu ainda não consegui enxergar, infelizmente, a Assistência Social como uma prioridade do nosso Município. Eu ainda estou achando tudo muito inconsistente, as metas a serem alcançadas.

No PPA, nós vimos que não temos uma evolução para os próximos anos na questão das metas de atendimento. Hoje a nossa

sociedade já sofre de uma sobrecarga na assistência social, já vinha sofrendo e ultimamente eu só vejo o acúmulo desses problemas. Espero, agora, que com o advento das Olimpíadas de 2016, a assistência social possa ser olhada com outros olhos na nossa Cidade. Vejo seu esforço particular em muitas áreas da assistência, mas, infelizmente, ainda não consigo enxergar a assistência como prioridade. Na questão do Plano Diretor, eu não consegui visualizar claramente as metas de evolução do atendimento. Não vi citação sobre a questão do idoso, que hoje é uma situação grave na nossa Cidade, que nós temos que enfrentar. A população do Rio de Janeiro vem envelhecendo e nossa Cidade ainda não tem uma política de atendimento a essas pessoas. Inclusive, a gente pode ver, até pela própria população de rua, como vem aumentando a faixa etária dessas pessoas. Então, eu queria saber em que ponto está, prioritariamente falando, a assistência social para o nosso Prefeito e como vai ser essa evolução para as metas de atendimento. Inclusive, a ampliação que o senhor colocou dos CRAs e dos CREAs, como isso está previsto em matéria de Orçamento? Porque, infelizmente, a gente só consegue fazer uma Política de Assistência competente com Orçamento, e aí não vai depender só da Secretaria de Assistência, porque no caso da educação é diferente. Na educação tem uma percentagem obrigatória por lei, que deve ser investida em educação. Infelizmente não temos esse *status* da assistência, mas esperamos que um dia possa ter isso também. Deus queira que um dia cheguemos lá e que possamos garantir uma assistência competente para toda a população que precisa, porque, atualmente, os idosos estão ficando um pouquinho para trás.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Com a palavra, Ozéias Lopes Farias.

O SR. OZÉIAS LOPES FARIAS – Senhora Presidente, a minha convicção é que nós temos que trabalhar a educação é hoje. A assistência social, nós temos que trabalhá-la hoje, porque já vimos isso na ECO-92 e, agora mesmo, recentemente, no PAN. E não podemos ficar na dependência; nós estamos fadados ao insucesso se ficarmos só esperando: quando eu receber, eu vou fazer e acontecer. Eu, enquanto não recebo, vou levando a minha vidinha. Não é possível ser isso. E um País, uma cidade, um Estado é muito mais do que a nossa casa para administrar.

Eu queria falar sobre os conselhos tutelares.

Lamentamos e continuamos chorando lágrimas de crocodilo porque vemos as crianças largadas nas ruas. Para esses outros eventos, o que eles fizeram, em Copacabana, foi espantar, porque não resolveram a situação das crianças. Espantaram e exilaram. Eles encheram a Praça Saens Peña, o Grajaú, o Andaraí. Essas áreas ficaram apinhadas de crianças. Quando terminou, elas voltaram para lá e continua tudo às mil maravilhas.

As nossas escolas dependem muito dos conselhos tutelares, porque, quando há uma dificuldade na escola, pedimos ao Conselho Tutelar, uma ajuda para encaminhar, para corrigir aquela situação, e nós nos socorremos é da Guarda Municipal. A Guarda Municipal é que sempre nos atende, chega lá e tenta ajudar. Mas precisamos de um Conselho Tutelar à altura. Você chama o Conselho Tutelar, um dia ele não tem telefone; você liga para lá e chama, chama, e ninguém atende. Outro dia, não tem carro. Outro dia, não tem conselheiros, porque são cinco conselheiros para dar assistência, e aquilo ali tem que funcionar 24 horas. Não basta ser só de dia, porque os problemas acontecem também fora do expediente normal, comercial.

Nós precisamos colocar, arregaçar as mangas e botar o trabalho na rua. Não basta discurso. Existem verbas. Nós não somos pobres, gente! Nós não somos nenhum carente. Nós não somos. A Cidade do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, este País não é pobre. Nós somos ricos. Nós não sabemos é administrar as nossas riquezas, aplicar na hora certa.

Então, esperamos que o Secretário tenha uma atenção toda especial para esse negócio do Conselho Tutelar: devíamos ter 30 e temos 10, e esses 10 não funcionam. Então, é necessário que isso aconteça. Assistência Social é uma coisa importante na sociedade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Ozéias, espero que você tenha me perdoado. Me perdoe.

O SR. OZÉIAS LOPES FARIAS – Vou fazer um esforço.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Pronto. Já fez.

Agora, eu vou passar a palavra a Kátia da Silva Ribeiro - Movimento Popular de Rua.

A SRA. KÁTIA DA SILVA RIBEIRO – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, queria dizer o seguinte: nós identificamos 266 mil imóveis vazios no Estado do Rio de Janeiro. E a proposta do Movimento é que se destine alguns desses imóveis para implantação de Centros de Reabilitação e Reinclusão Social. Por quê? Porque os abrigos não estão mais contemplando a população em situação de rua, onde a grande maioria tem até uma profissão, porém, caiu nessa situação e é obrigada a procurar o abrigo, sendo que o abrigo tem horário. A maioria é catador de material reciclado. Qual é o melhor horário para se catar? É exatamente no horário que eles têm que estar de volta para o abrigo.

Um outro detalhe também que ocorre nos abrigos é que, quando as famílias manifestam a vontade de se retirarem do abrigo, o Conselho Tutelar não deixa as crianças saírem, o que é até justo, para que a criança não fique na rua. Porém, quando os seus pais retornam ao abrigo, para buscar essas crianças, elas simplesmente foram dadas para adoção. Quer dizer, isso não está fazendo um bem para essas famílias.

A proposta do Movimento é a seguinte: que a Secretaria de Assistência Social, em parceria com a Secretaria de Educação, já na matrícula das crianças comecem a identificar as famílias que estão em situação de rua e que as mesmas sejam encaminhadas para esses Centros de Reabilitação e Reinclusão Social, que devem ser geridos pelo Movimento, pela Pastoral de Rua, pelo Governo e Organizações Não Governamentais envolvidas em apoio à população de rua, que já estão nessa discussão, já estão apoiando.

A terceira proposta é que a maioria da população de rua é formada por catadores, como eu já disse, e que alguns desses imóveis sejam também destinados a essa população de catadores, para que eles ali tenham um local para formação das suas oficinas de reciclagem e ali eles possam também gerar suas rendas e se manter aqui dentro.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Kátia, muito obrigada. Você representou muito bem os interesses de um grupo tão frágil e tão importante para a nossa Cidade.

Eu queria passar a palavra para Norma Lúcia Maia – Fazenda Botafogo, que tem problemas também muito antigos e seriíssimos.

A SRA. NORMA LÚCIA MAIA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Vereadora. Meu nome é Norma Maia e sou moradora da Fazenda Botafogo. Na Fazenda Botafogo o tráfico tomou conta. De que maneira? Eu moro no número 19.992, de frente para a Av. Brasil. Ali temos quatro barracas, que ficam com o som alto, são bocas de fumo, vendem drogas, e o que nós vemos ali são crianças e adolescentes usando drogas. Eu vejo a venda, a saída dos meninos de moto, e, como colocaram o som muito alto esse final de semana, sofremos muito ali, muito. O som altíssimo. Eu liguei para 190 e fiz uma ocorrência. A moça falou assim. “A senhora liga para o XIX Batalhão, porque não vai dar certo”. Eu falei: “Então, está bom”. Liguei para o Batalhão, o responsável me atendeu muito bem e disse: “Vou mandar uma viatura aí”. Estou esperando. Aí a viatura demorou. Telefonei, e ele perguntou: “Já chegou?” “Não. Eu não vou suportar, o som está muito alto. Eu não vou suportar, a minha mãe tem 76 anos”. Daqui a pouco, ele falou assim: “Dá uma olhada na janela”. Pegou o contato dele e falou assim: “Companheiro, vai lá ver o que está havendo”. Aí a viatura chegou, olhei pela janela, pela fresta, que eu não podia me expor; chegaram, ficaram lá dentro do carro e não puderam descer. Não desceram. Aí eles falaram assim: “Ah, é, a viatura está aqui, pois o som vai continuar mais alto ainda”. Deram uma vaia na viatura. Eles foram embora. Eu, com medo de retaliação, não devolvi a ligação para o sargento para dizer que tinha acontecido isso. Voltaram a fazer novamente a mesma coisa. Ali tem droga, rola de tudo. Eu não sei o que fazer.

Eu vim a essa Audiência pedir ao Sr. Secretário, que tenha misericórdia de nós ali. Assistimos as crianças e os jovens ali, é a desolação total. Você vê que não tem uma escola de formação, uma inclusão digital. Na Fazenda Botafogo nós não temos uma casa. Nós precisamos fazer alguma coisa. Eu, como professora, assistir tudo isso, é uma das piores coisas, sabendo que poderia ter um ajuda para mudar aquela situação. É perigosa a área, é de risco. Quando chamo 190, sei que estou correndo risco. Eu estou ligando para o XIX Batalhão, eu estou correndo risco. Ele já me falou isso: “A senhora não pode fazer isso”. Eu digo: eu não estou suportando. 2 horas da manhã o som no último volume, e ali

acontece de tudo. Eu, simplesmente, estou aqui pedindo, em nome da minha comunidade, com todo o meu coração aberto. Como professora, posso ajudar, minha mãe é professora de artesanato, eu sou artesã, professora e artesã, monto as minhas peças, posso dar aula, posso ajudar a recuperar. Eu quero fazer a minha parte. Eu não quero só ficar aqui pedindo. Se nós não podemos dar o peixe, damos a vara. Eu vou lá, vou ajudar.

Por exemplo, quero dar uma ideia: tirar aquelas barracas dali. Eu sei de algo gravíssimo, que o morro está influenciando ali. As drogas vêm de lá para cá. Até o chefe dos traficantes está li. Ele me odeia. Ele não pode me ver. Deus tem misericórdia de mim, porque ele tem vontade de me matar, porque ele sabe. Eu sou missionária, trabalho na igreja também. Sabendo que tenho todo esse trabalho, ele tem medo de que eu possa ajudar. Eu não posso nem falar nada com eles, eu vivo reclusa. Eu, Norma, vivo reclusa com a minha mãe, dentro da minha casa. Quando o som está alto, tenho que fechar tudo ou sair de casa, porque explode tudo ali; o som é muito alto e é uma perseguição terrível, o assédio moral que passo ali é grande. Eu tenho que ficar reclusa. Eu sei que sou, às vezes, seguida. Eu sinto isso, porque já me falaram: “Cuidado, porque eles te seguem”. Não tenho medo, porque tenho o meu trabalho, sou professora, eu não devo nada a ninguém, não me exponho. Sou esperta porque não vou me expor, eu faço as coisas sem me expor.

Eu estou aqui pedindo ao Secretário uma ajuda para minha comunidade, uma casa de formação para aquelas crianças e adolescentes, tirar daquela miséria. Você vê gente que estudava, o menino que largou o estudo e hoje vende drogas. Eu não nasci ali, mas eu vi aqueles meninos crescendo, aquelas meninas, e hoje todos trabalham para a droga, na Fazenda Botafogo, e têm que trabalhar. Eles são obrigados, o cara está lá assobiando porque têm que sair de casa para vender a droga. Ele fica assobiando. Não posso falar o nome dele, só posso falar em *off* depois. É sério. Seríssimo.

Mas tenho que aproveitar agora. É agora ou nunca. O Secretário da Ação Social pode fazer alguma coisa pela gente. Eu estou, Norma, aqui com as minhas mãos para ajudar. Estendo as minhas mãos. Estou pedindo ajuda. Uma boa tarde. Deus os proteja.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Deus nos proteja a todos Secretário, vamos fazer alguma coisa, porque parece que a Polícia não faz. A Polícia de lá tem medo.

Então, eu passo a palavra...

O SR. SILAS JORGE BRAZ R. LIMA – Já vou contribuir com a colega que acabou de sair daqui. Cada área, AISP – Área Integrada de Segurança Pública, tem seus batalhões e delegacia. Eu sou Presidente da 6ª AISP Tijuca. Então, a senhora vá ao Café Comunitário no seu batalhão, converse com o comandante, tenha uma conversa aberta, que eu acredito que vai ser solucionado, pelo menos parte do seu problema. Amanhã vocês vão ficar livres de mim. Por quê? Porque eu estou dirigindo a reunião da 19ª DP. Nós vamos aprovar o Regimento, está aqui o casal, fizemos juntos o Regimento Interno, que Conselho nenhum tem. Mas queria contribuir com a senhora. Procure o batalhão, tem um café comunitário todo mês, e, com certeza, o comandante vai lhe dar a resposta. Não pode falar com qualquer oficial, com qualquer PM. Está bom. Fale com o comandante que não é possível.

Agora, Secretário, o livro de Assistência Social. As Olimpíadas 2016 estão aí, os problemas também estão aí desde ontem.

Eu anotei algumas coisas aqui, o Ozéias já falou, não quero ser repetitivo. No Conselho Tutelar o senhor tem que fazer investimentos, a nossa população de rua, que até eu, quando Nilma estava na pasta de vocês, ela nos pegou, Vereadora, e fizemos durante uma semana aquela abordagem, trazer aquela população, dar documentos. Fizemos uma semana, Ozéias, na Tijuca, na Praça Saens Pena. É uma coisa que hoje continua. Hoje, quando eu passei, vi várias crianças, idosos, na rua. Infelizmente, isso é um problema de todos nós, a Constituição fala isso.

Mas vou falar uma coisa importante para o senhor, a Secretária saiu Antes, vocês tinham um programa chamado “macrofunção”. São diversas Secretarias trabalhando juntas. Isso gostaríamos de ver de novo: Esportes SMEL, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Cultura, tudo isso num lugar só. Chamava-se “macrofunção”. Dêem o nome que vocês quiserem, mas que voltem a trabalhar juntas, que vai ser produtivo para a Cidade como um todo.

Eu queria falar o seguinte, Secretário. Foi extinta a Secretaria de Dependência Química. Existe, acho, uma coordenação. Mas isso é muito pouco. Por quê? Porque as “cracolândias que exis-

tem na Cidade já viraram um problema de saúde pública. Todos nós sabemos disso. Debates nas Conferências de Saúde. A última Conferência de Saúde, em São Cristóvão, quando fomos almoçar ali, tinha tanta criança inalando embaixo daquele viaduto, não é Ozéias? No dia seguinte não tinha, porque ali estava o público, todo mundo vendo.

Então as políticas têm que ser continuadas, não podem parar, só fazer hoje, como o Ozéias falou. E o principal disso, esses abrigos, a proposta da menina ali – eu conheço ela, Movimento de População de Rua – acho que a proposta é bem viável. Esses prédios estão vazios, sem função social nenhuma, como trata o Estatuto da Cidade, e a Lei Orgânica também deve tratar alguma coisa. Vereadora, eu acho que isso é um atrativo, porque os abrigos são poucos atrativos para aquela situação. Eu sei que é um vizinho que ninguém quer. Nós já tivemos isso no Alto da Boa Vista para tirar a população de rua. E nós conseguimos tirar na época do Wagner Siqueira.

Um abraço a vocês. Sucesso a vocês e a nós todos. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – E, para finalizar, o Heitor vai fazer uma comunicação telegráfica.

O SR. HEITOR FERREIRA DE SOUZA – Particularmente, para a Coordenadora, testemunho do amigo Secretário. Sugiro, já que estamos no ano olímpico, na fase olímpica, que no Plano Diretor, ao final dele, talvez, onde tem essas novas disposições transitórias ou coisa parecida, se criasse um capítulo onde o Plano Diretor instituísse, determinasse, as providências a serem tomadas para se implantar a série de projetos previstos, tanto federais, como estaduais e até municipais, porque ao município compete a disciplina do uso do solo. A competência é só dele, e todas as ações vão-se projetar no espaço do município.

De forma que acho que vale a pena, Vereadora Aspásia Camargo, é uma sugestão que faço, proposta de que na versão do Plano Diretor se inclua um capítulo quanto à implantação das atividades referentes aos Jogos Olímpicos.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada. Agora, passo a palavra ao Secretário Fernando William, antes dizendo ao Ozéias que a culpa é das Olimpíadas. Quem mandou ganhar as Olimpíadas? O Prefeito convocou a equipe de manhã cedo e, por isso, a nossa Audiência Pública atrasou. Assim mesmo, nós estamos comemorando, não é, Fernando?

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Sem dúvida. Meu atraso se deu em função de um imprevisto, porque nós

fomos convidados, sábado, para essa reunião de segunda-feira, hoje, às oito da manhã. Por isso atrasei.

Antes de responder, rapidamente, gostaria de fazer uma reflexão com vocês aqui, que acho que é bastante interessante. Talvez valesse a pena nós pensarmos na possibilidade de estabelecermos, já que estamos tratando do Plano Diretor, no viés da definição do Plano de Metas, com prazo, etc. que nós pudéssemos... por exemplo, vocês estão propondo 16 novas Áreas de Planejamento ou Regiões de Planejamento, não sei quantas novas Regiões Administrativas.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Na verdade, Secretário, esse é um dos nossos problemas. Nós temos seis recortes diferentes. Um para a Saúde, outro para Educação, temos o Macrozoneamento, que inclui quatro zonas, temos as Áreas de Planejamento, que são cinco, depois temos as Regiões de Planejamento; enfim, eu acho, inclusive, que valeria a pena o senhor nos ajudar a consolidar alguma coisa que seja menos dividida, menos fragmentada, do que essas divisões, que, às vezes são administrativas, às vezes são de planejamento, mas de qualquer forma competem umas com as outras.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Se eu pudesse... Claro que nessa altura da nossa reunião, todos nós cansados, mas penso o seguinte: nós temos hoje cinco áreas de planejamento divididas, de tal forma que, na prática, temos 10 áreas de planejamento. Talvez, do ponto de vista geográfico, do ponto de vista das características regionais, devêssemos aumentar esse número para 16 ou quem sabe um pouco mais. Mas nós não conseguimos, como foi dito para a Vereadora, nem consolidar a unicidade. Por exemplo, as áreas, território das CAES, que correspondem, teoricamente, a uma coordenadoria para cada uma dessas APs subdivididas, não são exatamente a mesma área das CREs que são as Coordenadorias Regionais de Educação, que não é exatamente a mesma da Saúde; há outras áreas de governo que não têm nem essa subdivisão e precisariam ter essa subdivisão.

Então, acho que a primeira tarefa importante seria territorializar. Eu penso, para não criar uma dificuldade, talvez devêssemos manter as 10 atuais. É a minha opinião, porque na minha cabeça, por exemplo, se deve ter uma estrutura para cada uma dessas regiões, porque, se nós aumentarmos, teremos que aumentar a estrutura, e isso implicaria gastos. Então, para não sermos irrealistas, entendo que se pode trabalhar com 10 territórios, 10 APs dentro de cada território. Nós temos as Regiões Administrativas, e devemos definir um conjunto de metas para cada uma das áreas de intervenção de Governo, claro, fazendo um estudo de linha de base, onde estamos hoje, aonde queremos chegar em 10

anos. Por exemplo, não só na ampliação de equipamentos urbanos, Conselhos Tutelares, Centros de Referências, Centros de Referências Especiais, quer dizer, a quem nós queremos atender com esses equipamentos, em que nível, em que volume, em que número. Por exemplo, nós pretendemos, no caso da Assistência, reduzir o trabalho infantil, reduzir a exploração sexual, o abuso sexual? Aonde esperamos chegar com a situação de abandono nas ruas, seja criança, seja adulto?

Então, penso que, nesse aspecto, o ideal seria manter as 10 macrozonas e trabalhar com as Regiões Administrativas; talvez valesse a pena reajustar as Regiões atuais, mas trabalhar com as Regiões Administrativas. Planejar com metas, cada uma dessas Regiões Administrativas. O que nós esperamos, por exemplo, em termos de gestação precoce, mortalidade infantil, mortalidade perinatal? Enfim, definiríamos um conjunto de situações e nos proporíamos a trabalhar na perspectiva de atingir essas metas.

Na questão dos portos. Vêm agora as Olimpíadas, enfim, um conjunto de situações que temos para trabalhar. Nós transformaríamos também em coisas mais factíveis, mais reais, mais próximas da nossa capacidade de executá-las. Porque, toda vez que trabalhamos com planejamento, se não tivermos cuidado, trabalhamos com sonho e esquecemos que o sonho para se transformar em realidade precisa de um conjunto de situações. O senhor tem razão quando diz o país não é pobre, o estado não pobre, a cidade não é pobre, mas também os recursos não são da forma que nós desejaríamos. Existe toda uma situação que precisamos entender para saber como aplicá-los da melhor maneira possível. E entendo o papel de controle social, o papel que a Câmara vem desenvolvendo, extremamente importante, extremamente positivo. Tomara que seja uma prática da Câmara como um todo e não apenas de alguns poucos Vereadores, como, lamentavelmente, pelo menos no tempo em que eu estava aqui.

Vamos às respostas. A Tânia levanta uma questão que, todas as vezes em que estamos engajados, as pessoas levantam. Quando falamos em 46 propostas estruturantes, aparece a área de assistência em apenas uma, mesmo assim junto com a Secretaria de Trabalho. Quer dizer, toda vez que se apresentam planos relativos à Assistência Social, eles são bastante conservadores, muito cuidadosos, não estabelecem metas com muita clareza. É verdade. Nós temos tido o cuidado; como falei no início, prefiro colocar metas factíveis. Por exemplo, quando digo que o ideal é termos 31 Conselhos Tutelares, mas vamos trabalhar para ter 15, é porque 15 é fatível, 15 é possível. Quer dizer, se puder chegar aos 31 nessa gestão, chegaremos, mas temos que olhar o Orçamento sempre. Só para termos uma ideia, vamos comparar com cinco anos atrás. Há cinco anos o Orçamento, a despesa de pessoal da Secretaria era em torno de R\$ 54 milhões; cresceu, foi

para R\$ 84 milhões, cresceu R\$ 30 milhões. O custeio – Fonte própria, Fonte 100, Fonte do Recurso do Tesouro – que chegou a ser de R\$ 37 milhões, caiu para R\$ 25 milhões, quer dizer, teve uma queda significativa: custeio com recursos da Fonte própria. No entanto, o custeio com recursos da Fonte 193, do Governo Federal, cresceu de R\$ 12, R\$ 13 milhões para R\$ 27 milhões.

Então, temos que trabalhar com essa lógica, com essa realidade, com essas possibilidades. Os recursos do Governo Federal vêm em larga escala para proteção básica. Por isso, digo com tranquilidade que temos possibilidade de chegar à meta máxima de 83 Cras com recursos nossos e recursos federais. Os recursos federais têm sido abundantes para a proteção básica, mas têm sido escassos com a proteção especial.

Você colocou, por exemplo, a questão do idoso. É bom que a Câmara saiba que o Governo Federal repassa R\$ 67,00 para a Rede SUS atender os idosos. O idoso não custa menos de R\$ 1.100,00, para receber o mínimo de cuidado. Temos trabalhado com recursos da ordem de R\$ 700,00, de tal forma que o Município complementa o recurso federal na ordem de R\$ 633,00. Então, precisamos ter esses cuidados, trabalhar com essa possibilidade. A situação do idoso é preocupante: a expectativa de vida vem aumentando gradativamente, e o Estatuto da Criança e do Adolescente criou uma série de instrumentos de controle, de proteção, além de garantias. Criou-se, por exemplo, no Ministério Público, um órgão específico para a criança e o idoso que tem tido um olhar muito atento para essa questão. Temos sido cobrados sistematicamente com relação não só à definição para uma política para o idoso, que tem até uma Secretaria específica, mas, fundamentalmente, ao tratamento a ser dado aos idosos em situação de abandono, de risco, que, em geral, vêm cair na conta da Assistência Social.

Então, vamos fazendo o que é possível, com um certo grau de improvisação. Temos até o dia 17 para apresentar ao Prefeito uma proposta de reformulação completa da nossa rede de abrigamento, casas de passagens etc. Dentro disso, entra a questão dos idosos. A nossa ideia, por exemplo, já é uma medida a ser adotada até o final do mês, a ser implementada. Vamos ficar apenas com um abrigo para crianças de zero a seis anos, que é o Ana Carolina. Queremos chegar a novembro sem nenhuma criança de zero a seis nos abrigos, fortalecendo o Família Acolhedora. Aliás, está no Plano de Convivência Familiar e Comunitária, e estamos pretendendo fazer isso até o final deste mês. A

ideia é transformar os abrigos que hoje atendem essas crianças em abrigos para idosos, em áreas de abrigamento para idosos.

Alguns Centros de Triagem hoje estão nas piores condições possíveis, como o da Praça da Bandeira, por exemplo, que é o Tom Jobim, e são uma complicação. A ideia é descentralizar esses centros, mudando a forma como a triagem é feita hoje: a pessoa chega lá, é atendida e encaminhada para o abrigo. Queremos que a casa de triagem seja uma casa de passagem, como deveria ser, de fato, em que a pessoa possa ficar de uma semana a 15 dias, podendo esticar por até um mês, período em que vai ter identificada a sua identidade, a sua possibilidade para que encontre uma alternativa definitiva, seja o retorno à família, seja um modelo de tratamento para qualquer tipo de doença etc.

Queremos reformar também o modelo de abrigo. Tem uma série de coisas que não vou ficar detalhando aqui, mas temos até o dia 17 para apresentar esse plano amplo de reformulação geral do trabalho de acolhimento, de triagem, de permanência, de retorno à sua casa, de retorno à sua cidade natal.

Temos conseguido fazer um esforço que tem dado resultados, ampliando os conselhos tutelares, pelo menos até 15, e vamos chegar à meta, se possível.

Os Cras vão aumentar muito. Quero ver se chegamos ao final de gestão com, pelo menos, 80 Cras e 13 Creas funcionando, implementando o Plano de Convivência Familiar e Comunitária de forma avançada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Desculpe-me por interromper, mas tenho uma dúvida. Qual é a política que o Município pretende ter com relação aos municípios vizinhos? Porque existe um problema muito sério: muitas das pessoas que estão nas ruas, abandonadas, em situação extrema, vêm de outros municípios. Curiosamente, não vêm de todos, a distribuição não é igual, o que me dá a impressão de que alguns municípios estão sendo mais sérios nas suas políticas sociais do que outros.

Como V. Exa. vê isso?

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Fui Secretário de Estado de Assistência Social, e à época reuníamos representantes de diversos municípios da Região Metropolitana com o Ministério Público, enfim, com um representante do Ministério da Justiça. Foi assinado um termo de compromisso se-

gundo o qual deveria haver uma Política de Assistência claramente definida para dar conta, enfim, das crianças, dos adultos na situação de abandono na Cidade do Rio de Janeiro, a qual, eu saiba, muito pouco avançou, muito pouco evoluiu. Então, tem que ser uma política do Governo do Estado. Como já existe um termo de compromisso assinado, tem que haver ação contundente do Ministério Público no sentido de fazer com que os municípios da Região Metropolitana cumpram as atribuições que assumiram ao assinar o termo de compromisso. Até pensei, muito sinceramente, em adotar atitudes mais drásticas no acolhimento do cidadão aqui. Se ele for acolhido várias vezes, se for encaminhado à assistência social, não haverá alternativa: será deixado na porta da Prefeitura, e comunicamos o ocorrido ao Ministério Público para que tome uma decisão.

A SRA. YOLANDA MALTAROLI DE MORAES RÊGO – Desculpe-me pela interrupção, mas nesses últimos meses tive a oportunidade de percorrer várias capitais brasileiras pobres, como Natal, São Luiz do Maranhão, Belém do Pará e Rio Branco, no Acre, e não vi a situação de mendicância que vejo no Rio de Janeiro. Como é possível? São muito mais pobres do que nós e não apresentam esse sintoma de decadência, de deterioração social que apresentamos.

O que V. Exa. acha disso?

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – O Rio de Janeiro tem uma característica específica. Na verdade, temos uma Região Metropolitana que condensa mais de 70% da população, uma periferia com enormes problemas, como foi relatado aqui, dentro da própria cidade, e uma cidade que é altamente atrativa, do ponto de vista da sua beleza e das possibilidades de ganho, de algum recurso, pela venda de papéis reciclados, pela mendicância etc. São Paulo tem problemas muito parecidos com os nossos, porque tem características de metrópole igualmente parecidas. Então, com relação às cidades da Região Metropolitana, temos que ter o Ministério Público com uma ação mais efetiva. Mas eu conto com a Câmara, claro, para nos ajudar no Orçamento.

Yolanda, do Solar Meninos de Luz, tudo o que você colocou é absolutamente correto. Vocês vivem uma experiência que temos observado que muitas instituições não governamentais têm vivido. Na semana passada, eu estava visitando a Ressurgir.

Não sei se você a conhece; fica na Paulo de Frontin. Aos sábados, geralmente, vou visitar instituições, abrigos da nossa rede, quando comparo a rede própria com as instituições que desenvolvem trabalhos, como a de vocês. De um modo geral, há um contrataste enorme: aquilo que é feito porque você contratou e está ali tem dificuldades, enquanto aquilo que é feito com amor, com dedicação apresenta resultados muito interessantes.

Temos que saber como associar uma coisa à outra. Na última vez em que estive falando sobre o Plano Plurianual – e não fui bem atendido –, mencionei que observamos muito instituições religiosas fazendo um trabalho muito interessante, mas muito interessante mesmo, mas temos que entender que o papel do Estado está definido na política, na Lei Orgânica, na Constituição, configurado em todos os estatutos que vêm posteriormente. O papel de garantir direitos sociais à população é do Estado, que é laico e não tem que favorecer esta ou aquela instituição, por melhor que seja do ponto de vista da ação religiosa que desenvolve.

Então, tem que haver essa integração. Quero conhecer o seu trabalho e convido-a a vir à nossa Secretaria para aprendermos, integrando, misturando uma coisa com a outra, vendo de que maneira o Estado, o Poder Público pode ajudar vocês, de alguma forma, o Poder Público a resolver essas questões sociais que estão postas.

Você coloca uma questão que é concreta, quer dizer, o ideal...

A SRA. YOLANDA MALTAROLI DE MORAES RÊGO – Eu não estava falando da nossa comunidade só, do Pavão-Pavão-zinho, Cantagalo ou do Solar Meninos de Luz, mas eu estava me referindo à necessidade de descentralização do trabalho da educação, da cultura, da assistência social. Antigamente, quando eu dizia que a polícia tinha que estar lá, tinha que morar lá, ficar dentro dessas comunidades – e hoje estamos vendo que isso é possível –, me diziam também que o trabalho do Estado não podia ser assim. Hoje vemos como até comandante de batalhão pode ser admirado e amado pela população.

O que eu dizia é que deveriam tirar alguns membros desses abrigos, desse Conselho Tutelar, desse trabalho magnífico que, muitas vezes, é feito lá dentro e não é conhecido, com o tratamento de adictos, e fazer um pequenino centro médico, não um grande centro médico, em cada comunidade. Aliás, deveriam juntar regiões para isso, não apenas dos carentes, dos locais de violência, mas descentralizando, colocando um representante para que houvesse mais articulação e que as coisas fossem resolvidas mais rapidamente. Se tivéssemos um abrigo, por exemplo,

para a meninada da comunidade ali mesmo, resolveríamos um monte de coisas, porque em cada comunidade existem instituições filantrópicas maravilhosas que poderiam ajudar, até mesmo religiosas. Então, haveria uma atuação muito mais globalizadora, generalista e humanista.

Era isso o que eu queria dizer. Sei que o papel do Estado não é dar amor, mas pode dar pessoas que façam isso.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Eu sei, entendi.

Essa experiência das Unidades de Polícia Pacificadora, num certo sentido, permite que outras ações de Estado tenham acesso às comunidades. Originalmente, quando começamos a implantar os Centros de Referência de Assistência Social, foram feitos dentro de comunidades, como a da Ladeira dos Tabajaras, do Morro Azul, mas todos foram praticamente desativados, não tendo continuidade. Na Ladeira dos Tabajaras, por exemplo, ficavam na porta com fuzil...

(Alguém fala fora do microfone)

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Sei, mas tem que ser integrado mesmo. E temos que ter a segurança de que as pessoas vão trabalhar...

Tentou-se, pelo menos, através da Assistência Social, mas tivemos que retirar de quase todas as comunidades, porque não tinham como funcionar sozinhas. Nos locais em que têm entrado as Unidades de Polícia Pacificadora, temos entrado com essa experiência social, de saúde e de educação, e o resultado é o que se espera: a própria polícia passa a ter um comportamento diferente. Não é uma polícia que chega lá para atirar, matar, mas entra como uma Unidade Pacificadora para garantir o acesso de outras políticas públicas.

Dos Conselhos Tutelares, já falei. População de rua, imóveis de utilização para moradores de rua... Uma coisa interessante: há uma pesquisa – não sei se foi essa a que a companheira fez referência – que demonstra que, realmente, se os prédios públicos existentes fossem reformados, abateríamos o *deficit* habitacional em larga escala. Há quem diga até que o *deficit* habitacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro seria plenamente resolvido apenas com a revitalização das unidades públicas sem funcionamento no Rio de Janeiro. Isso até pode ser um exagero, mas, sem dúvida, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, se houvesse um projeto de revitalização voltado para a habitação de interesse popular, certamente daríamos um grande salto em direção à solução dos problemas de habitação.

É claro que, neste momento, estamos buscando trabalhar a questão do abrigo, também utilizando um espaço para cada passagem e outros modelos.

A Sra. Norma, da Fazenda Botafogo, é extremamente corajosa, audaciosa. Ela está aí? Acho que a Norma não está mais. As denúncias que ela fez aqui são gravíssimas. Até têm um pouco a ver fundamentalmente com a Assistência Social; têm muito mais a ver com a Segurança Pública, mas me comprometo a fazer por ela, enfim.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Mas ela queria a proteção para os meninos que estão no *crack*.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Sem dúvida, mas até para chegarmos a um ambiente como este, antes temos que chegar...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Temos que chegar com a Segurança...

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Com a Segurança Pública. Por exemplo, no Jacarezinho, fazemos acolhimento diário na parte externa, mas não podemos entrar em uma comunidade como aquela. Então, temos que ter esse entendimento.

Mas, enfim, uma notícia boa que eu teria para ela é que o conflito entre Município, Estado e União felizmente foi extinto agora. Todos falam a mesma língua, procurando resolver os problemas, independentemente de eventuais divergências políticas.

Aliás, na reunião com o Prefeito, pela manhã, S. Exa. citou com a maior relevância o quanto isso foi importante para conseguirmos as Olimpíadas. Está lá o Presidente, está lá o Governador, está lá o Prefeito, juntos, defendendo e tal. Um foi lá, fez o discurso e foi embora; o outro, também; então, foi importante essa integração.

Então, no Rio de Janeiro, está se implantando – aliás, no país inteiro – o Pronasci. O acordo não foi assinado pelo ex-Prefeito? Problema de ordem política. O Pronasci está aí pelo menos dois, três anos e não havia sido assinado com a gestão anterior. Já foi assinado o convênio com o Ministro no fim do mês passado. Se não for no dia 8 deste mês, o Presidente da República irá ao Rio de Janeiro para a implantação da primeira Estação da Cidadania, que vai ser na Cidade de Deus.

Temos sete regiões que vão ser atendidas por esse programa, que é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, onde entram diversas ações e, dentro da lógica que a senhora está propondo, entra a Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia; entra um conjunto de

ações, de intervenções. A boa notícia para a Sra. Norma é que a Fazenda Botafogo, em Acari, será contemplada. Inclusive, um dos locais em que pretendemos criar uma Estação da Cidadania é CSU da Fazenda Botafogo. Então, isso vai ser muito importante.

Dos Conselhos Tutelares, já falamos, de população de rua, já falamos. Espero para o final deste mês uma proposta bem radical, transformadora, revolucionária para enfrentar a questão da população: a estação de abandono de rua ou licitação de rua, para criança, adolescente e adulto.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Secretário, vamos incluir isso no Plano Diretor.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – O Prefeito tem que dizer assim: “Fernando, eu banco”.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Isso.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Quando S. Exa. não diz que banca, se eu puser, depois S. Exa. retorna.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Mas depois S. Exa. vai dizer quais são as metas, as cotas e tudo. Na política – eu o conheço –, está tudo planejado.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Só faço aquilo de que tenho certeza, que está planejado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vossa Excelência é um homem de planejamento. Alias, já deu demonstração hoje de que gosta de planejar e de organizar.

O SR. SECRETÁRIO FERNANDO WILLIAM – Na hora de colocar no papel, eu tenho que ter um certo pé atrás. Se eu coloco e não cumpro, amanhã serei cobrado.

Macrofunção, primeiro dia de gestão do Prefeito Eduardo Paes: S. Exa. criou um grupo intergestor de desenvolvimento social, que, na verdade, é a macrofunção na área de Assistência Social.

Isso é muito difícil de ser posto em prática, lamentavelmente. Não é por conta de dificuldades pessoais. Cada Secretário é tão absorvido pelas emergências, pelas demandas, por tudo o

mais que se coloca sobre os ombros de uma Secretária, que é muito difícil você desenvolver a política intersetorial da forma desejada.

Por isso, acho que, quando trabalharmos com metas que integrem as políticas públicas no geral – e todos nós temos que cumprir aquelas metas do Governo – a intersetorialidade terá de ser colocada em prática, porque vai exigir que cada...

Por exemplo, na questão agora das Olimpíadas, temos que atingir uma série de metas, como o corredor T5, que está sendo muito badalado. A Assistência Social vai ter de cadastrar as famílias, encontrar uma solução social, porque aquelas famílias não podem ser expulsas. Vai ter que entrar a Habitação, oferecendo alternativas; vai ter que entrar à Educação, porque aquelas famílias têm que ter escola; vai ter que entrar a Saúde, garantindo-lhes atendimento nos locais em que passarão a morar.

Então, por exemplo, quando definimos uma meta bem concreta, bem objetiva e organizamos as atividades em função dessa meta, o governo se desenvolve de uma forma muito mais efetiva e possibilita que o controle da sociedade também se dê uma forma muito mais efetiva.

Então, tenho trabalhado pelo lado da função. Inclusive, apresentei minuta de um projeto, decreto ao Prefeito, criando as macrofunções e a gestão integrada por território, ou seja, dentro de cada território deveria ter um órgão integrando as políticas no nível local, com um controle social.

Da questão das “cracolândias” eu já falei. É um grande desafio, é uma questão nova; por isso, todo nós estamos sem saber direito como enfrentá-la. É uma questão cara, porque o tratamento de um menino numa clínica custa em torno de R\$ 2.500,00 por mês. Para terem uma ideia, é uma coisa que está se alastrando, crescendo, de forma preocupante e assustadora. Temos feito um trabalho intenso de prevenção, com vários encontros regionais. No dia 29, temos um encontro municipal, abrangendo todos os 10 encontros locais que nós fizemos, debatendo com as comunidades, com as escolas, com a Saúde, com todos os órgãos gestores e com a sociedade de que forma enfrentamos essa questão da “cracolândia”. E temos feito acolhimento diários.

Outra coisa importante: não adianta você chegar lá e pegar aquelas crianças, botá-las num lugar e achar que vai tratá-las. Na semana passada mesmo, eu estava na televisão fazendo um trabalho de acolhimento. Se o garoto não quiser ir de jeito nenhum, não adianta você levá-lo à força, porque ele vai chegar ao abrigo, comer, dormir e, quando acordar em crise de abstinência, vai quebrar o abrigo inteiro. Por exemplo, um menino de 10 anos quebrou uma porta aqui no nosso Ayrton Senna, quando queria sair dali. Por isso, estamos fazendo a Embaixada da Liberdade, que é um local onde ele vai ter o primeiro atendimento, reapro-

ximando-se de uma possibilidade de tratamento, para ir depois para um abrigo, para um outro modelo de tratamento, até chegar, se for necessário, ao tratamento clínico, quando ficará efetivamente internado.

Para finalizar, vou abordar outro problema importantíssimo. Recebo da Ouvidoria dezenas de *e-mails* por dia e telefonemas de pessoas que querem que o mendigo saia da porta da sua casa, e com toda a razão, porque ninguém quer ter uma pessoa dormindo, defecando, fazendo sexo, urinando na porta da sua casa.

Fazemos um esforço enorme para conseguir um local de abrigamento decente, digno. O primeiro foi instalado na Rua Albano, em Jacarepaguá. Houve uma reação brutal da população, com abaixo-assinado, fechamento de rua, porque as pessoas não querem a pobreza perto da sua casa, nem jogada, nem abrigada, nem guardada nem tratada. Era comum ouvirmos das pessoas: “Por que vocês não colocam essas pessoas na Zona Oeste? Não dá para botá-las em outro município?” As pessoas diziam assim. Porém, os outros Prefeitos não as querem também, e as pessoas que moram na Zona Oeste têm os mesmos direitos que nosso cidadão que mora em qualquer outro lugar.

Então, dentro da nossa política, que devemos apresentar ao Prefeito, uma das coisas é descentralizar a triagem. Pelo menos devemos ter uma em cada das cinco APs, para que não fique tudo muito concentrado na Praça da Bandeira, aqui eu ali.

Portanto, vamos enfrentar uma dificuldade e precisamos do apoio da Câmara, do segmento da sociedade civil, que é o seguinte, na hora de dialogar com as pessoas. É claro que vamos tentar encontrar locais que não criem problemas, regiões que não criem problemas, são áreas industriais decadentes, degradadas, próximas à Avenida Brasil etc. Mas, mesmo nestes locais, muitas vezes encontramos forte resistência temos que dialogar muito e contar com o apoio dos senhores.

Vou finalizar, relatando o que aconteceu comigo quando eu era Secretário de Estado. Viabilizamos recursos do governo federal para implantar um local de medidas sócioeducativas em meio semiaberto em Bangu. Era um local para 20 meninos, de acordo com o que preconiza a lei. Os meninos ficariam em situação de absoluta proteção. Tinha um terreno, que era aquele terreno próximo ao Santo Expedito. Pegamos dinheiro do governo federal e começamos o processo licitatório. Alguém descobriu que se ia fazer aquela unidade de medidas sócioeducativas em meio semiaberto; houve uma reação brutal, violentíssima, e não nos foi possível construir aquela unidade – impediram, na prática, que ela fosse construída. E quando o Santo Expedito explode, vai todo o mundo para lá fazer uma confusão enorme.

Então, essas contradições são legítimas. Eu não gostaria de ter uma unidade dessa ordem próxima ao ambiente em que moro, mas temos que saber administrar essas coisas, lidar com isso de

uma forma social. Queremos a solução do problema, mas não queremos que essa solução esteja perto de nós.

Quero agradecer à Vereadora, aos Vereadores que se fizeram presentes, a todos os senhores. O caminho é este mesmo: muita discussão, muito debate, num ambiente como este aqui, em que sinceramente, aprendemos muito. Ouvimos sugestões, manifestações, com predisposição para o diálogo. É sempre uma oportunidade a mais de aprender, de entender quais são as necessidades maiores de todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Agradeço muito ao Secretário pelo seu envolvimento com a nossa reunião e a todos os que estão aqui, praticamente às 15 horas, com este entusiasmo. Não somos tão poucos assim: somos mais de 20 pessoas, quase 30 pessoas aqui nesta sala. Então, é sinal de que esta cidade quer encontrar, de maneira participativa, as soluções para os seus problemas, e de que estamos aproximando cada vez mais a população do governo. Essa parceria tem que acontecer, e a Câmara de Vereadores se sente muito honrada em poder fazer essa mediação importante.

Muito obrigada.

Está encerrado o Debate Público.

(Encerra-se o Debate Público às 14h55)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Sonia Marque, Aliane Vera Pereira, Maria de Lourdes, Aildo Carolino, Tereza Cristina Cruz de Oliveira, Maria de Fatima Sena de Lima, Maria Cecilia Ribeiro, Márcia Ribeiro da Silva, Luiz Sergio Vieira Cardozo, Maria Lidia Muniz Almeida, Maria Inês Zain B., Maria Das Graças Muller de Oliveira, Patricia de Almeida Ramos, Marco Aurelio Nunes Baptista, Alessandra Gracia de Almeida, Roberta dos Santos Figueiredo, Maristela Carvalho, Helena Bomeny, Nilza Alves Ferreira, Nivertun Antunes, Samantha Jacquindut da Silveira, Barbosa Dias, Elis Lima Pereira, Cristiane Silva Alves, Luiza Dantas Vaz, Heitor Ferreira de Souza, Angela Maria de Souza, Marcello Gazzaneo, Renê Gonçalves, Isabella Maltaroli de Moraes Rego, Yolanda Maltaroli de Moraes Rego, Adriana Mendes da Silva, Norma Lucia Maria, Marcia Vera Vasconcelos, Abigael Clemente, Marcia Prado, Adilson Luziária, Patricia Tonelly de Paiva Muniz, Sandão Donatello Teixeira, Vicente Santos.